



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

**COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO**

**PRESIDENTE: JAIR TATTO**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 07-04-2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Orador não identificado
- Intervenção, expressão ou palavra ininteligível/inaudível
- Exposição com audiovisual, podendo causar a indeterminação do texto
- Documento lido não transcrito
- Apresentação musical.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Bom dia a todas, todos e todes que nos acompanham.

Declaro abertos os trabalhos da terceira audiência pública semipresencial da Comissão de Finanças e Orçamento no ano de 2022 da Câmara Municipal de São Paulo.

Esta audiência tem como objetivo discutir o tema Casa de Cultura em Modelo de Gestão Compartilhada, conforme solicitado no Requerimento 01/2022, da Comissão de Finanças e Orçamento, de minha autoria.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo através do endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditoriosonline) e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

O convite para esta audiência pública vem sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo* desde o dia 31/03/2022.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo no dia 31/03/2022, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual) e, conforme combinado, também pode haver inscrições presencialmente. Então, durante a fala dos nossos convidados, quem quiser fazer uso da palavra poderá se inscrever presencialmente, à esquerda da Mesa, com a secretaria da Comissão, ou *on-line* via *chat*.

Foram convidados para esta audiência a Sra. Senhora Tarcila Perez Santos, Secretária Executiva de Desestatização e Parcerias, e os Srs. Fabricio Cobra Arbex, Secretário Executivo de Gestão da Prefeitura de São Paulo – se não me engano, presente online –; Aline Nascimento Barroso Torres, Secretária Municipal de Cultura, que nos informou que não comparecerá; Aurélio Prates; Cileia da Silvia Biaggioli; Gustavo Xavier; Luiza Erundina, ex-Prefeita de São Paulo e Deputada Estadual, e Marilena Chaui, escritora, filósofa e professora emérita de Filosofia Política e Estética da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

Esta audiência pública foi solicitada pelos movimentos de cultura a partir de algumas informações publicadas pela grande mídia de que poderia haver terceirização das Casas de Cultura, que são espaços extremamente importantes, sobretudo nas periferias da Cidade, onde as pessoas podem apresentar e participar de trabalhos artísticos e de estudos sobre arte e cultura. Como esses são espaços muito importantes para a cultura periférica, a notícia causou preocupação a muitos artistas, ativistas e técnicos responsáveis pela cultura na cidade de São Paulo e, por esse motivo, solicitaram à nossa Subcomissão de Cultura uma audiência pública, que ora está sendo realizada.

Antes do início da fala dos convidados, foi-nos solicitada a leitura de uma carta escrita e nos enviada pelos movimentos de cultura, precedida de uma intervenção cultural.

- Entoação de canto.

**A SRA. JOICE** – Estamos aqui, em nome da nossa ancestralidade, buscando sempre o nosso legado de resistência, permanência e continuidade. Combinaram de nos matar, mas nós insistimos em não morrer. E é nessa ontologia e nessa força que nós estamos aqui. Não vão nos tirar o que é nosso. As Casas de Cultura são a nossa luta, anos de luta do povo preto, dos povos originários, por meio das quais a gente pode curar as doenças e as mazelas e diminuir as ausências do Poder do Estado que insiste em nos matar. Mas nós combinamos de não morrer.

Essa é a nossa fala.

- Aplausos no recinto.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Muito obrigada, Joice e Aurélio. Manifestações culturais são sempre muito bem-vindas nesta Casa.

Anuncio a presença do Vereador Gilberto Nascimento, membro da Comissão de Finanças e a do Presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto.

Passemos à leitura da carta dos movimentos de cultura.

- É lido o seguinte: (*Carta/Manifesto dos movimentos de cultura*).

**A SRA. PRESIDENTE** ( Elaine do Quilombo Periférico ) – Assinam esta Carta/Manifesto: Anis, Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura do Município de São Paulo; Bloco de Ocupações Culturais da cidade de São Paulo; Confetam/CUT - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal; Cooperativa Paulista de Trabalho dos Profissionais de Dança; Coletivo dos Trabalhadores Terceirizados das Políticas Públicas; Federação das Associações Comunitárias do Estado de São Paulo; Fórum de Cultura da Zona Leste; Fórum Cultural da Zona Norte; Federação dos Trabalhadores da Administração e do Serviço Público Municipal do Estado de São Paulo; Fórum da Capoeira do Município de São Paulo; Fórum de Cultura de Cidade Ademar e Pedreira; Fórum de Culturas da Zona Sul e Sudeste; Fórum em Defesa da Vida; Fórum Hip Hop Butantã; Fórum Social Sul; Movimentos Culturais da Cidade de São Paulo; Movimento Cultural das Periferias; Rede Viva Periferia Viva Noroeste; Sated-São Paulo, Sindicato dos Artistas e Técnicos de Espetáculos e Diversões do Estado de São Paulo; Sindsep/São Paulo, Sindicato dos Trabalhadores da Administração Pública e Autarquias do Município de São Paulo; Vozes da ZL.

Há mais 60 assinaturas e está aberto a movimentos e coletivos que ainda queiram assinar. Essa foi a carta enviada para esta Comissão pelos movimentos culturais da cidade de São Paulo.

Anuncio a presença do Vereador Celso Giannazi, Vereador Danilo do Posto e do Vereador Fabio Riva. Bem-vindos. Pergunto se algum dos Vereadores presentes gostaria de fazer uma saudação inicial.

Também anuncio a presença da Karine, chefe de gabinete, da Secretaria Municipal de Cultura.

Não sei se a Marilena Chauí está presente *on-line*. Seria a nossa primeira fala. (Pausa). Se não, vamos passar o vídeo.

Este vídeo foi enviado pelo ex-Secretário de Cultura e também Vereador Sr. Nabil Bonduki.

**O SR. NABIL BONDUKI** - (Enviado por vídeo) - Olá, eu queria cumprimentar todos aqueles que participam dessa audiência pública, em particular dos companheiros do movimento de cultura de São Paulo, principalmente os movimentos culturais da periferia, que representam hoje um segmento fundamental da produção cultural paulistana.

Eu queria, em primeiro lugar, dizer da importância das Casas de Cultura. As Casas de Cultura surgiram na gestão da ex-Prefeita Luiza Erundina como um elemento fundamental da cidadania cultural em São Paulo. Foi um instrumento fundamental para que os grupos que começavam naquela época, mais de 30 anos atrás, a atuarem no movimento cultural e encontrarem um espaço para mostrarem a sua produção, para se encontrarem, para gerarem cultura.

Em segundo lugar, eu queria falar da importância das Casas de Cultura e todos os equipamentos culturais da cidade serem mantidos sob gestão pública, sob controle social, com conselhos de gestão, de modo que a gente possa fazer com que a cultura seja de fato uma política de estado.

Infelizmente – e eu, como ex-Secretário de Cultura, sei muito bem disso – a Secretaria de Cultura está absolutamente subdimensionada em relação ao tamanho da importância da cultura na cidade de São Paulo. Ela hoje não é nem metade do que foi no passado, enquanto o setor cultural cresceu muito. Incorporou a periferia, inclusive como um espaço fundamental, que no passado praticamente era desprezado.

Hoje nós temos programas importantes como o Vai, como os fomentos, como o fomento à periferia, como programas que começaram a ser feitos e não foi dada continuidade como os pontos de cultura. E tudo isso requer uma gestão pública capacitada para poder dar conta desse problema.

Então, nós precisamos não terceirizar, não privatizar esses espaços que são tão importantes, e o Brasil precisa muito da cultura para enfrentar o autoritarismo, para enfrentar essas forças que absolutamente são do atraso, que defendem o ódio, o armamento. Nós precisamos fortalecer o setor cultural. Precisamos fazer novos concursos. Precisamos criar

carreiras, como por exemplo, do gestor cultural. Precisamos chamar pessoas que estão hoje esperando, já concursadas.

Em suma, nós precisamos ter uma política que fortaleça a cultura em todos os aspectos e para isso nós precisamos manter as Casas de Cultura sob gestão pública, mas capacitadas para enfrentar um enorme desafio.

Precisamos também colocar em prática o Plano Municipal de Cultura em sua totalidade, o que significa ter Casas de Cultura em todas as subprefeituras e ampliarmos enormemente a capacidade de interlocução entre a Prefeitura e o setor cultural da cidade de São Paulo.

Espero que esse movimento seja bem-sucedido. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Agradeço ao ex-Secretário de Cultura e ex-Vereador Nabil Bonduki.

Vamos entrar, agora, nas falas de lutas protagonizadas pelos movimentos de cultura em torno das Casas de Cultura. Como bem falou o Vereador Nabil Bonduki, as Casas de Cultura sempre envolveram muita luta. Elas nascem através de muita luta do povo. Elas funcionaram através de muitas lutas, sobretudo nas periferias, de artistas, técnicos para o seu bom funcionamento. E elas passaram por um período, também, fora da gestão da Secretaria de Cultura e voltam para a Secretaria de Cultura também através de muita luta do movimento cultural das periferias, o que demonstra também a importância desses espaços da periferia da Cidade. Então, eu vou começar convidando o Aurélio Prates Rodrigues, para fazer uma fala de até cinco minutos. E o próximo será o Renato Almeida, se ele estiver presente.

**O SR. AURÉLIO PRATES RODRIGUES** – Bom dia a todos, a todas e a todes. Quero saudar a mesa, Elaine Mineiro, Giannazi e aos demais Vereadores presentes. Quero saudar também uma artista que gentilmente mandou um vídeo, que é uma artista que usa equipamentos de Cultura, como todos nós aqui, Fabiana Cozza, obrigado pela presença. A voz embarga para falar. Quero dizer, também, que ela deve estar assistindo agora e saúdo Aline Torres, Sra. Secretária; ao Prefeito Ricardo Nunes.

Quero fazer um pequeno relato do que é a participação social dos movimentos e como nós zelamos pelo bom funcionamento da Secretaria Municipal de Cultura. Tenho certeza de que esta gestão vai dizer que nós estamos aqui criando casos, mas não. Nós, como trabalhadores da Cultura, há mais de 30 anos estamos na luta, defendendo o óbvio: a participação social e para que os nossos territórios periféricos e centrais tenham acesso ao fazer cultural. Um exemplo disso, lá no ano de 2001, havia um movimento chamado Arte Contra a Barbárie, que bravamente construímos uma lei pública, chamada Lei de Fomento ao Teatro, que foi sancionada, aprovada nesta Casa. Passados alguns anos, em 2005, o movimento A Dança, a Cooperativa de Dança e Outros Mais, cria a Lei de Fomento à Dança, que é um marco, também, nas políticas públicas, na criação de políticas públicas estruturantes para a Cidade, não só um programa que pode ser interrompido de acordo com a gestão, com a cor partidária. Passados alguns anos, dia 22 de junho de 2016 foi aprovado por esta Casa, por unanimidade, a Lei de Fomento à Cultura das Periferias, pelo Movimento Cultural das Periferias e por todos os artistas envolvidos, e esta Casa aprovou também por unanimidade. Nós tínhamos um mapa da USP Leste mostrando a vulnerabilidade, o IDH – Índice de Desenvolvimento Humano da Cidade – e a Lei de Fomento à Cultura das Periferias foi dividida, na Cidade, de acordo com a pobreza: onde há mais pobreza, que são as áreas 3, mapas feitos pela USP Leste, há 70% da Lei nesses territórios, e depois 23% na Área 2 e Área 3 os outros 7%, os bolsões de vulnerabilidade centrais – Bixiga, Glicério e tudo mais.

Enfim, tudo isso para dizer também que um outro Secretário, lá em 2013, fez a 3ª Conferência Municipal de Cultura e ele disse, logo na página 6, o ex-Secretário Juca Ferreira: “Não é possível construir políticas públicas dentro de um gabinete”, está escrito aqui, por um outro Secretário de Cultura, né. Que a construção deve se dar com os artistas, com as pessoas de defendem, que deixam as suas famílias para a construção do imaginário, para a continuidade da nossa ancestralidade, do que nós somos. Se hoje, por exemplo, você vai a um encontro de congado em Moçambique, em que os velhinhos, as velhinhas, as crianças estão lá. Há congadas de 40, 50 anos. A existência dessas manifestações se dá pela fé dessas pessoas, porque se

elas dependessem do Poder Público elas não existiriam. E quando estamos aqui, defendendo a não privatização das Casas de Cultura do Município de São Paulo, nós estamos dizendo: “Sra. Aline Torres, você diz que é lá da quebrada de Pirituba. Mas, mana, não adianta, Aline Torres, dizer que é de quebrada e dar as costas para os territórios periféricos”. Porque a privatização é isso. Há exemplos recentes. Há cinco anos, em que as OSs, as Organizações Sociais, por exemplo, Catavento e Poiesis, foram investigadas. Houve lá a greve dos educandos, dos alunos, os professores também entraram em greve, houve perseguição de educadores, onde os educadores eram..., isso pode, isso não pode. Dentro de uma gestão pública os conselhos têm uma força muito grande.

Há também uma fala, eu vou pegar aqui, que está no meu celular, da representante da EMIA, Escola Municipal de Iniciação Artística, a representante - representantes são as famílias no Conselho da EMIA - das famílias diz assim, vou ler: “A Secretaria de Cultura fala de expansão, de melhoria nos espaços e da qualidade dos serviços com a entrada das OSs, mas o que temos vivido na EMIA Jabaquara, por exemplo, é um descaso com as condições das salas e ameaça de descontinuidade do ano letivo com troca de organizações e a falta de abertura para negociação.”

Ou seja, as OSs há pouco tempo, por exemplo, têm as OSs da educação, há investigação sobre isso, o próprio Tribunal de Contas diz que quando a mão das OSs chega no dinheiro público é difícil fiscalizar como o dinheiro foi utilizado, se houve formação, quanto foi investido em formação, em difusão, em melhorias do espaço. O próprio Tribunal de Contas diz que não consegue fiscalizar o dinheiro público quando chega na mão das OSs.

Então, Aline Torres e Sr. Ricardo Nunes, que é sabido dos seus convênios com a Prefeitura, com a educação, a sua família é dos convênios da educação, então, não queremos que a cultura seja um puxadinho das OSs, porque a Cidade sabe cuidar dos seus territórios junto com a Secretaria. E nós estamos aqui para colaborar.

E para finalizar, dizer que a desculpa de que não há funcionários na Secretaria, nós temos mais de mil pessoas em AGPP, com concurso feito há alguns anos, prontos para ajudarem



emergencialmente, entrarem como funcionários da Secretaria e colaborarem com a administração, tanto das casas de cultura, como cuidar da Secretaria.

E só para finalizar também, dizendo que nós, movimentos culturais da Cidade, estamos organizando um ato. Maiores informações, cidade de São Paulo, sigam as nossas páginas do Facebook, Movimento Cultural das Periferias e a outra página chamada Frente Única da Cultura, porque a luta não termina aqui, Sra. Aline Torres. E é um ano de eleição, né, Sra. Aline Torres, pois bem, Pirituba vai saber a que veio você nesta Casa.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Próximo, Renato Souza de Almeida.

**O SR. RENATO SOUZA DE ALMEIDA** – Bom dia, Srs. Vereadores, Vereadora, primeiro agradeço o convite para estar aqui fazendo essa fala, sobretudo, à Mandata Quilombo Periférico, e também ao movimento cultural que se organizou, se mobilizou durante esses dias para reivindicar esta audiência que, aliás, acho fundamental.

Acompanhei todo o processo do retorno das casas de cultura das subprefeituras para a Secretaria de Cultura, eu estava na gestão Haddad, sou uma figura ligada ao movimento cultural, principalmente lá do fundão da zona Leste, mas naquele momento eu fazia parte da gestão e acompanhei. Então, muito daquilo que o Aurélio trouxe agora, eu estava dentro da Secretaria observando, acompanhando e de certo modo fazendo algumas coisas acontecerem.

Essa experiência das casas de cultura, essa história toda que envolve a discussão desta audiência, quando falamos da gestão das casas de cultura, a experiência das casas tem muito a ensinar para a gente. Ensinar a relação que o Poder Público estabelece com os territórios, a relação que o Poder Público estabelece, inclusive, com a sua própria organização interna. As casas de cultura, como sabemos, exerceram um papel fundamental durante a década de 90 na formação, eu me considero fruto das casas de cultura do ponto de vista da formação cultural para as comunidades.

Com a Gestão Marta Suplicy, quando foram criadas as subprefeituras, há uma descentralização de fato do poder da Cidade. As subprefeituras passam a receber mais recurso e toda a estrutura administrativa que tínhamos, de fato, descentraliza. Então, passa a existir uma Coordenadoria de Educação na Subprefeitura, uma Coordenadoria de Saúde, de Assistência, etc. e tal, e de Cultura. É nesse processo que as casas de cultura vão para as subprefeituras, mas quando acaba a Gestão Marta Suplicy e logo entra a Gestão Serra, ele acaba com o projeto da Subprefeitura, ele mantém o nome, mas acaba com essa noção de descentralização. Então, ele volta a transformar as subprefeituras em espaços de zeladoria.

O que acontece? Aquelas secretarias que têm uma estrutura maior, como educação, assistência e saúde, voltaram para a estrutura anterior que tinham. A educação deixou de se organizar por coordenadoria, a saúde também, mas pastas consideradas mais frágeis, assim como cultura, esportes, ficaram uma coisa muito mal combinada. Então, as casas de cultura e todo o processo de sucateamento que veio posterior a isso, é fruto dessa má combinação que rolou no início da Gestão Serra.

O que acontece? As casas de cultura continuaram sob a gestão das subprefeituras, porém as subprefeituras já não tinham mais aquela estrutura que elas tiveram durante a Gestão Marta. Qual foi a consequência disso? Em poucos anos as casas entraram num processo de total sucateamento e tudo isso que conhecemos bem, foi falado aqui em outros momentos. Então, isso é importante entendermos, a descentralização, ou ela acontece de fato ou tem consequências muito nefastas, principalmente para as comunidades. Isso aconteceu com as casas de cultura, mas aconteceu também com CDCs, com os espaços de esportes.

Os cargos de coordenador, supervisor de cultura, ficaram, imaginem, uma figura que responde pela cultura na região, mas não está submetido à Secretaria de Cultura, cria-se uma cisão aí. A figura fica meio perdida, aos mandos e acertos do Subprefeito e, agora, a Prefeitura Regional, ou então do Vereador que o indicou. O que acontece? Começa um processo e muito pressionado pelo movimento, isso que o Aurélio trouxe aqui é fundamental sabermos, se não fosse o movimento cultural pressionando, mesmo numa gestão progressista, eu fiz parte da

gestão Haddad, mas mesmo em uma gestão progressista muito possivelmente as casas de cultura não teriam retornado se o movimento não tivesse ido para cima de fato.

Digo isso porque nesse momento de 2013, 2014, vejam só, para a Secretaria de Cultura, já havia se passado 10 anos que as casas de cultura tinham saído da sua gestão. A Secretaria sabia que viria uma bucha sem tamanho. Sem falar que a Secretaria já não era mais a mesma, esse problema de falta de funcionários, tudo mais, nesse momento de 2013, 2014, já estava acontecendo. Aliás, esse concurso de AGPP foi feito naquele momento, exatamente para dar conta de um problema das casas e de vários outros serviços que tínhamos na cidade.

O que acontece? Esse é o momento que a gente, então, com muito custo e com resistência também interna da Secretaria, vai trazendo muito por conta disso, porque o movimento foi pressionando, grudando no Haddad e em tudo quanto é lugar abrindo faixa e protestando.

E a gente consegue ainda, nos dois últimos anos da gestão, implementar as oficinas, fazer uma alteração dos gestores das Casas. Isso foi fundamental. O Nabil esteve à frente desse processo todo de trocas. A Casa do M'Boi, foi uma dificuldade danada para a gente conseguir fazer a troca, mas, enfim, conseguimos mudar o perfil dos coordenadores das Casas, sendo figuras que tinham a ver com as Casas.

Vocês imaginam a gente chegar na contabilidade da Secretaria de Cultura dom 200 e falando: "Então, agora a gente vai ter que dar conta disso, nós vamos contratar mais oficineiros para as Casas", foi um drama total. Hoje, já se criou fluxo, já tem todo um processo ali. Então, essa revitalização das Casas tem muito a ver com isso, que foi um momento bastante crítico, porém frutífero também porque o movimento estava ali pressionando.

Então, eu tenho muita esperança nesse momento em que a gente está aqui também de que as coisas possam caminhar bem.

E é importante a gente lembrar de que, quando as Casas estavam sucateadas, nos anos 2000, ninguém falava de privatização, de passar para OS, quando as casas estavam todas degradadas. Agora que elas estão revitalizadas, voltaram a cumprir a sua função, o seu papel,

vem esse discurso da privatização pelo Estado. Então, é muito importante a gente se atentar a isso e dizer “não, nós queremos, de fato, um serviço público de qualidade!”.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada. Anunciar a presença da Covereadora da Bancada Feminista Paula Nunes e convidar o Sr. Arakunrin. Falei certo?

**O SR. ARAKUNRIN** – Eu gostaria de dar um bom dia diferente para vocês. O meu bom dia vai ser uma palavra “energia” e eu gostaria que vocês respondessem esse meu “bom dia” dizendo “zumbi”. É possível? Zumbi de Palmares, grande parte da nossa ancestralidade.

Nós estamos aqui hoje diante dessa batalha justamente com a força e a energia das nossas grandes ancestralidades, as nossas grandes guerreiras, os nossos grandes guerreiros, rainhas e reis, que foram trazidos e escravizados no Brasil. Nós somos descendentes de rainhas e reis, e não de escravos, e a nossa força está justamente nesse ponto fundamental. Nós, principalmente, que trabalhamos com cultura, que fazemos o nosso viver através das energias culturais que, subjetivamente, e dentro do inconsciente coletivo está vivo dentro de todos nós. Por isso que estamos aqui hoje.

Eu gostaria, nessa primeira fala, justamente de me direcionar à Secretária Aline Torres dizendo: Você está como Secretária de uma das maiores cidades do mundo, mas você, na verdade, profundamente, você faz parte dessa ancestralidade; profundamente, você é mulher e é negra. Ainda que esteja adormecida essa sua ancestralidade, é o momento de você despertá-la e acordá-la e olhar para a Cidade, olhar para cada periferia, de onde você veio inclusive, com esse sentimento verdadeiro dentro de você. Esse seu cargo vai passar. Mesmo que você adquira outro. Mas cargos não é a pessoa em si. Que você, nesse momento, tenha essa sensibilidade artística, cultural e humanística, para tomar decisões de grande importância e que afeta a cidade inteira como um todo. Que você seja essa mulher negra e guerreira que está adormecida dentro de você para que essa decisão com relação às casas de cultura seja levada com bom senso e

com o compromisso que você tem dentro dessa responsabilidade de ser Secretária da cidade de São Paulo.

Eu quero agradecer e dar esse meu bom dia a todos os presentes na Mesa, os Vereadores, as Vereadoras, principalmente – e não desmerecendo ou diminuindo qualquer outro – a Vereadora Elaine, ao Erik, que eu acredito que está fazendo um novo recomeço na política de São Paulo, com uma responsabilidade e um compromisso muito grande.

Quero deixar registrada a presença do Marcelo Ribeiro, do Daniel Santiago, da Nilda, que estão representando junto comigo a Casa de Cultura de M'Boi Mirim, fundada em 1984, na qual eu estou desde 1985. O nosso primeiro embate político foi com o Jânio Quadros, que quis transformar a nossa casa num sacolão e nós fomos para a guerra, fomos à luta e exigimos barriga cheia para a população, mas sem cabeça vazia; e que ele construísse o sacolão, porque ele queria demolir a casa de cultura, na época, que era apenas uma entidade, casa popular de cultura, da região de M'Boi Mirim.

Então, nós exigimos que ele construísse no espaço ao lado o que a comunidade havia construído como Casa de Cultura; e assim foi feito. E, no decorrer de todos esses anos, tivemos vários embates. Já quiseram transformar a casa em posto policial, enfim, em várias situações, e fomos nós, a comunidade, os articuladores da cultura viva na Cidade, que fizemos a imposição e que exigimos respeito e dignidade humana de cada um desses que quiseram destruir a Casa de Cultura, porque a cultura é direito nosso.

Eu gostaria de deixar claro que nós estamos aqui com a nossa ancestralidade e que não vamos nos calar diante dessa imposição ou dessa situação político-partidária de tirar o que é nosso de direito. As Casas de Cultura que estão representando o Estado e a Secretaria de Cultura nas periferias, são os equipamentos que fazem com que a cultura viva aconteça nas periferias e que cada articulador da cultura tenha a oportunidade, na sua quebrada, na sua região, de fazer com que aconteça a cultura; recebendo ou não, tendo cachê ou não, as oficinas, os shows, os movimentos acontecem, porque nós somos cultura de dentro para fora.

Não vamos nos calar diante de mais essa politicagem que está sendo feita na cidade de São Paulo, que esses equipamentos são nossos de direito e que é um dever do Estado levar a verba até as nossas contratações, equipar com tudo o que for necessário para que a cultura aconteça. Não vamos deixar com que isso morra ou que isso seja abafado mais uma vez, como está sendo, inclusive, nas terceirizações de outros equipamentos e de outras secretarias. Nós temos a consciência esclarecida de que essa terceirização é uma mentira, é uma farsa, e que, com menos de um ano, nós, que estamos lá como coletivos, fazendo cultura viva, vamos ser empurrados para fora. E vão vir os interesses próprios e particulares, pessoais e monetários que têm por trás de toda essa ideia de privatização das casas.

Então eu termino com essas duas palavras: não à privatização das casas de cultura.

E vamos à luta.

M<sup>o</sup>Boi Mirim já vai parar a estrada de M<sup>o</sup>Boi Mirim, na sequência, e exigir a resposta da Secretária e do Prefeito de forma positiva diante dessa imposição a todos nós.

Obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE** (Elaine do Quilombo Periférico) – Eu vou convidar à fala o Sr. Secretário de Gestão, Fabrício Cobra, que ele talvez não consiga ficar até o final, então pediu para fazer a sua fala nesse momento.

**O SR. FABRÍCIO COBRA ARBEX** – Obrigado, Vereadora Elaine. Queria cumprimentar os demais Vereadores; o Presidente da Comissão, Vereador Jair Tatto.

Eu ouvi aí, não estou vendo visualmente, mas ouvi o Líder Fabio Riva, o Vereador Gilberto Nascimento, o Danilo do Posto, o Giannazi, e todos os demais. Pelo menos foram esses que eu vi que foram citados, os nossos Vereadores. Todos os movimentos da cultura.

Eu venho aqui representando também a Secretária Tarsila, que não pôde estar presente. E a Karine está representando a Secretária Aline. E a equipe aqui, tanto da Gestão, a equipe da cultura, todos presentes. Sempre que a Câmara Municipal nos chama, nós temos o prazer de estar presente, e prestar todos os esclarecimentos. Eu acho que essa atuação conjunta, legislativa e executiva, é sempre muito importante. E as audiências públicas da Câmara

sempre enriquecem e trazem as visões da sociedade civil, dos movimentos. É sempre importante. Então é o nosso respeito aos Vereadores e às Vereadoras. Então agradecer a oportunidade de estarmos aqui presentes.

De forma rápida, Vereadora, e com todo o respeito a tudo aquilo que tem sido dito, e acho importante talvez a gente só deixar um pouquinho mais claro, e acho que faz parte, é importante, todas as questões, as pressões, as narrativas políticas. E eu acho que talvez o que gerou esse pedido de audiência foi uma matéria que saiu sobre uma suposta colocação da Secretaria de Cultura, que estaria estudando a possibilidade de fazer parcerias com base na Lei MROSC, que é exatamente a lei traz a possibilidade de parcerias com organizações da sociedade civil. Então eu acho que a Karine... a Gestão... Cada pasta tem as suas ações. A Gestão, como Secretaria de Gestão, que trata de todos os servidores da Prefeitura. Acho que talvez só a gente deixar claro que foi colocado naquela matéria da Secretaria de Cultura que estaria sendo feito um estudo sobre a possibilidade de adotar algumas parcerias com base na lei federal, na lei do MROSC.

E ressaltando que a Lei MROSC, na verdade, é uma lei federal de 2014, que foi com a luta da sociedade civil. Foi sancionada pela ex-Presidente Dilma. É exatamente essa possibilidade de parceria entre Poder Público e sociedade civil, para que possamos ter essa aproximação, essas parcerias, esses termos de cooperação entre sociedade civil e Poder Público. Foi uma conquista da sociedade civil a Lei MROSC. Foi sancionada dentro da gestão da Presidente Dilma. Essa é a lei 13.019, de 2014. E no Município de São Paulo nós temos o Decreto 57575/2016, que foi elaborado pelo então Prefeito Fernando Haddad, que regulamentou a atuação das parcerias, das cooperações entre a sociedade civil e o Poder Público, regulamentou a Lei Federal do MROSC.

Então quero deixar claro que, na verdade, o que está sendo colocado é um estudo sobre como implementar, que ainda é uma fase embrionária, as parcerias com base na Lei MROSC, que é uma lei que aproxima a sociedade civil. A Lei MROSC foi essa conquista da sociedade. É a aproximação dos territórios. Quem está nos territórios espalhados na cidade é a

sociedade civil. Então ela tem uma forma de se apropriar, de trazer as narrativas locais, junto ao Poder Público. Então é uma forma de aproximação, de ajudar o Poder Público dentro dos seus territórios. E deixar claro que nada mais é do que aquilo que está absolutamente na lei federal de 2014, no decreto municipal aqui do Município de São Paulo. E ainda é um estudo que a Secretaria de Cultura pediu para a Secretaria de Governo um estudo sobre como que poderia implementar essa lei e essas parcerias com a sociedade civil. Simplesmente respeito todos os posicionamentos, as narrativas políticas, mas, discordando de muito que foi falado, mas na verdade são estudos para que sejam implementados a aplicação da Lei MROSC. Simplesmente isso. A Karine pode dar alguns detalhes do que levou a Secretaria de Cultura a fazer esse levantamento.

E destacar por parte da Gestão, que é importante também colocarmos, a Gestão Bruno Covas e Ricardo Nunes, fazendo uma homenagem ao Prefeito Bruno Covas, que hoje completaria 42 anos, dia 7 de abril. Quero aqui fazer um registro, uma homenagem a esse nosso grande líder que infelizmente não está aqui conosco. Mas a Gestão Bruno e o Prefeito Ricardo Nunes, mais 2021 e em 2022, fez um esforço de chamamento dos concursos em aberto. Só nesses últimos um ano e três meses, ingressaram na Prefeitura quatro mil e quinhentas pessoas, novos funcionários nas mais variadas áreas – educação, saúde, em áreas como AGPP, que é nível médio, APPGG, contador, engenheiro agrônomo, engenheiro civil, geólogo, assistente social. A gente está fechando um acordo para ingressar 90 assistentes sociais dentro da Prefeitura, junto ao MP. Então é um esforço que está sendo feito de zerar todos os concursos públicos em aberto. A Gestão tem trabalhado em reestruturações de carreiras, pensando em melhorias do servidor que hoje está na Prefeitura, visando à continuidade. Eu acho que é importante a gente ter sempre uma estrutura de servidores efetivos dentro da Prefeitura. E, claro, essa gestão do Prefeito também está sempre aberta a parcerias e a formas que possam trazer mais propriedade, mais eficiência para a própria gestão como um todo da Prefeitura, sempre visando o melhor serviço, uma melhor prestação de serviço para a população.

Eu vim trazer um pouco esse panorama.



No ano passado aprovamos uma série de propostas na Câmara, os Vereadores aprovaram, trazendo diversos benefícios aos servidores, e a Secretaria de Gestão ainda estuda uma série de outras ações. Nos colocamos à disposição.

Talvez, a Karine, representando a Secretária de Cultura possa trazer uma fala para os Vereadores, mas estou à disposição.

Muito obrigado.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Fabrício, para dialogar com a sua fala, você falou do MROSC que tem uma aplicação do Governo Federal, que inclusive não é obrigatória, mas eu queria falar das casas de cultura, especificamente, e a pergunta que tenho é se, neste momento, a Secretaria de Gestão está fazendo algum estudo para duas coisas: primeiro de uma possível terceirização da casa de cultura, porque essa informação oficial, ainda não tivemos, embora tenhamos mandado requerimentos para a Secretaria, então, se há algum estudo para terceirização para a casa de cultura; e, também, se estão fazendo algum estudo de aplicação para funcionalismo público para a Secretaria Municipal de Cultura, porque acho que são duas informações muito importantes para esta audiência pública que o movimento traz.

Eu sei que está com o tempo breve, mas eu queria perguntar sobre essas duas questões específicas.

**O SR. FABRÍCIO COBRA ARBEX** – Obrigado, Vereadora. Não há nenhum estudo sendo realizado dentro da Secretaria de Gestão com esse viés de terceirização de casa de cultura; a gestão não tem nenhum estudo em andamento sobre isso internamente. A Karine pode confirmar. O que eu entendo é que a Secretaria de Cultura pediu para a Secretaria de Governo um estudo sobre como aplicar o MROSC na Secretaria de Cultura. Pelo menos, é essa a informação que eu tenho, mas a Karine pode complementar.

Segundo, dentro desse esforço que temos feito dentro de chamamento dos concursados, a Secretaria de Cultura também está contemplada com AGPPs que são funcionários de nível médio para a Secretaria de Cultura, em aprovação que já passou pela JFO, Arquitetos para a Secretaria de Cultura, e a gestão tem feito um estudo zerando todos esses

concursos, tem uma realidade que está acontecendo: em muitos concursos, apesar de estarmos chamando, não são todos que se interessam. Então, acabando essa rodada de chamamento dos concursos em aberto, finalizamos um estudo daquilo que é necessário realizar daqui para a frente, em termos de novas oportunidades dentro do serviço público em todas as Secretarias, mas a Cultura também tem sido contemplada com chamamento de funcionários dos concursos em aberto.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Obrigada, Fabrício.

Precisamos seguir com as falas, mas, depois, vou pedir, por favor, se a Secretaria de Gestão pode nos enviar o número de funcionários públicos que foram chamados e que serão chamados para a Secretaria Municipal de Cultura.

Vamos seguir com o terceiro eixo da audiência pública.

Convido Ciléia Biaggiolli, representante da zona Sul; depois, vamos intercalar com as falas dos Vereadores presentes que precisam fazer a fala por conta de outras atividades.

**A SRA. CILÉIA DA SILVA BIAGGIOLLI** – Se o mundo fica pesado, eu vou pedir emprestado a palavra poesia. (Cantado)

“Humanidade/Depois de conhecer a humanidade e suas perversidades/Eu fui envelhecendo e perdendo as ilusões/É o que predomina/É a maldade/Porque a bondade ninguém pratica/Humanidade/Ambiciosa e gananciosa/Que quer ficar rica/Quando eu morrer/Eu não quero renascer/É horrível suportar a humanidade/Que tem aparência nobre e que encobre as péssimas qualidades/Notei que o ente humano é perverso/É tirano/Egoísta/Interesseiro/Mas tudo é hipocrisia/São rudes e trapaceiros” (Carolina Maria de Jesus) Poema lido na inauguração da Casa de Cultura de Parelheiros

- Grupo entoou canção.

**A SRA. CILÉIA DA SILVA BIAGGIOLLI** – Diante de tantas atrocidades que este governo tem cometido, privatizar as casas de cultura é assinar o seu atestado de burrice e incompetência. A Casa de Cultura de Parelheiros foi construída em 2009, e seu prédio foi ocupado pelo Conselho Tutelar porque o governo da época disse “que não tinha demanda para

a cultura na região”. Isso é burrice, incompetência na gestão pública, como se não fosse obrigação do governo educação e cultura.

- Grupo entoa canção.

**A SRA. CILÉIA DA SILVA BIAGGIOLLI** – Parelheiros tem cultura, sim. Quinze aldeias indígenas, um bairro de cultura alemã e um quilombo em Marsilac. Chega! A gente não é burro. Não é idiota.

- Grupo entoa canção.

**A SRA. CILÉIA DA SILVA BIAGGIOLLI** – Retroceder não é uma opção. Vocês precisam entender um pouco mais sobre gestão pública. São servidores públicos. Diante de uma audiência dessa acontecer uma privatização é uma vergonha. Podem atestar a sua incompetência na gestão pública que deve ser democrática. Servidores públicos têm que ouvir o seu povo. É o mínimo. O povo da cultura não aceita isso. Não aceitamos a privatização.

- Grupo entoa canção.

**A SRA. CILÉIA DA SILVA BIAGGIOLLI** – A utopia é uma realidade para a cultura. Não seria possível de outro jeito.

- Grupo entoa canção.

- Palmas.

**A SRA. ELAINE DO QUILOMBO PERIFÉRICO** – Obrigada, Ciléia. O nome da outra companheira, Julia. Obrigada também.

O próximo é o Pedro Oliveira; depois, o Luiz Carlos que está *on-line*.

**O SR. PEDRO OLIVEIRA** – Bom dia. Sou da zona Leste. Quero cumprimentar a Mesa na figura da Vereadora Elaine todos os Vereadores que estão acompanhando. Quero cumprimentar todo esse povo linda de luta que está presente, de todas as quebradas. É uma honra estar ao seu lado, é uma honra ser convidado e uma honra fazer parte de tudo isso.

De fato, aqui tem parte da população trabalhadora e de fazedores, que são os que realmente constroem esta Cidade sob o ponto de vista cultural e de outros mais. Então é um prazer, neste momento, estar aqui. De fato, esta Casa foi construída pelo povo e só faz sentido

se o povo, se os mesmos estiverem neste espaço. Realmente, o povo está aqui. A gente sabe que a rua é nossa, mas este espaço também tem que ser.

Então estar aqui neste momento é também saber da responsabilidade porque eu não estou só. Faço parte do Movimento Cultural das Periferias, do Fórum Cultural da Zona Leste, dos Blocos de Cultura e do Movimento Audiovisual Periférico e outros mais, e há outras expressões culturais pelas quais tenho apreço.

Estou aqui defendendo as Casas de Cultura como um espaço que nos atravessa, um espaço que tanto e tanto faz parte de nós. Por exemplo, na Casa de Cultura de Guaianases, a gente se sente parte porque construímos aquele espaço, embora a gestão ainda não seja democrática, uma gestão nossa, mas é um espaço que nós defendemos, assim como tantos outros. E ouvir da gestão que ainda está em estudo, mas quando questionado, não foram estudadas tantas partes que tanto nos interessam. Infelizmente é compreender que a privatização ganha força diante desse estudo, e não outros, como não pensar em concurso público, mas pensar em outras formas. Inclusive escutar o movimento deveria ser parte desse estudo, movimento que fez a transição, que trouxe a Casa de Cultura para a Secretaria de Cultura. E nós estávamos presentes naquele momento. É um movimento que hoje defende a manutenção daquele espaço, que leva seus corpos, que leva suas linguagens, leva seus movimentos para dentro daquele espaço.

Aproveitar que o povo está aqui neste espaço, porque o obvio precisa ser dito, é também fazer a defesa de uma maior porcentagem para a Cultura. Acho que ter uma Cidade que tem uma das maiores arrecadações do Brasil e olhar para a porcentagem que a Secretaria de Cultura tem hoje, está abaixo daquilo que a população merece. Srs. Vereadores, a gente exige que vocês tenham atenção maior para a Secretaria de Cultura, olhando para o seu Orçamento, porque não se faz nada sem dinheiro.

Assim como pedimos fiscalização - e é importante hoje quem está aqui por parte dos Vereadores – pois é importante olhar para essa Secretaria que, por vezes, não responde ou não está presente para dialogar com os fazedores, olhar nos olhos e trazer um pouco desse estudo

que foi falado. Vamos debater esse estudo, ele é importante para nós! Ele é nosso, é sobre nós, nós queremos fazer parte desse espaço. Aí é defender o obvio, defender o processo de democratização muito por conta das qualidades, quer na apresentação cultural, quer na intervenção, quer nas linguagens, quer na defesa do que estamos fazendo desde o início desse espaço, que é muito caro para nós.

Há diversas propostas. Acho que os blocos de Cultura estão defendendo a sua existência, espaços que não existiam e passam a zelar e a trazer linguagens. Essa poderia ser uma alternativa, ampliar com mais linguagens, com mais espaços e não ratear o que tem, privatizar não é a solução. Temos diversos estudos, há experiências práticas de setores quer da Assistência, quer da Saúde, quer da Educação que não estão tendo bons resultados, mas vamos olhar para isso, vamos dialogar sobre isso, acho que é sobre isso também que nós precisamos conversar.

E hoje este momento torna-se muito caro para nós, e não é só fazer parte deste espaço, ou estarem presentes os Srs. Vereadores e Vereadoras, mas é também dizer que é uma luta, não vamos arredar o pé, não vamos sair, mesmo articulado nesse horário, porque teria uma maior participação se fosse em outro horário, sabe-se que nesse horário muita gente está no trabalho. Mas dizer que não arredaremos pé dessa luta, é uma luta que marca a nossa existência.

Espero poder contar com a participação dos senhores, das senhoras, espero que possam ser acolhidas as nossas demandas, que a Prefeitura desta Cidade possa nos escutar e dialogar com os movimentos periféricos de Cultura, com os fazedores e os trabalhadores.

Para encerrar a minha fala, dizer que luta para nós nunca foi uma opção, então esse nosso lugar é de existência porque só resistir não dá meu povo, temos de lutar e a luta e a rua é nossa!

Estamos juntos!

(Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Pedro. Vou convidar agora o Vereador Celso Giannazi.

**O SR. CELSO GIANNAZI** – Bom dia a todas, todos e todes. Gostaria de cumprimentar a minha colega, Vereadora Elaine Mineiro, do Quilombo Periférico, parabenizar por trazer esta audiência pública para Câmara Municipal; cumprimentar também a minha colega de bancada, Covereadora Paula Nunes; cumprimentar os demais Vereadores, que estão de forma *on-line*; o Secretário de Gestão, Fabrício Cobra; os trabalhadores da Cultura presentes, os articuladores da Cultura, e as entidades sindicais representativas dos trabalhadores da área da Cultura.

Dizer, Elaine, que trazer esse debate para dentro da Câmara Municipal, neste momento, é fundamental. Nós, da Comissão de Educação, Cultura e Esporte, discutimos o assunto da privatização que veio até nós, e juntamente com o Vereador Suplicy, fizemos requerimentos para a Secretaria da Cultura querendo informações a respeito dessa notícia que veio pela imprensa. Percebam que nem foi discutido com os movimentos dos trabalhadores, com os articuladores culturais, foi apenas divulgado na imprensa. E a gente tem assistido desse Governo alguns ataques na área da Cultura. Por exemplo, tivemos bibliotecas ameaçadas de serem privatizadas, começando com a Monteiro Lobato. E graças a um grande movimento social houve recuo do Governo com a não privatização, a não entrega da biblioteca a uma organização social. Depois a EMEA – Escola Municipal de Educação Artística, um equipamento maravilhoso, reconhecido no Brasil inteiro, e a Administração veio também com um modelo de terceirização, de quer ampliar, o discurso era ampliar, mas era terceirizar, entregar também às organizações sociais, e agora são as Casas de Cultura. Quando a gente luta, briga para que o Orçamento da Cidade – como disse muito bem o colega – aumente o valor para a Cultura é porque a cidade de São Paulo é a maior cidade da América Latina, com Orçamento de 82 bilhões de reais. Gente, e a Prefeitura de São Paulo tem guardado em seu caixa hoje 24 bilhões de reais, e agora terá um acréscimo de 3 bilhões por ano. Então, é uma vergonha, uma vergonha que o Orçamento da Cidade para a área da Cultura seja tão pífio, tão baixo. Temos de lutar para que tenhamos - o ex-vereador Nabil falou de uma Casa de Cultura por subprefeitura – eu acho que deveríamos no mínimo ter cinco casas de cultura em cada subprefeitura, dada a imensidão que é esta Cidade.

E a gente tem condições de fazer isso, tem recurso para ter a contratação de servidores públicos para que façam a gestão democrática das casas de cultura, porque com as OSs a gente vai perder a gestão democrática. Lembrando que as nossas casas de cultura estão essencialmente na periferia, numa grande produção cultural que é exercida na periferia.

E também é importante que a gente atente que nós já temos um exemplo muito claro das organizações sociais tomando conta da área da saúde. Setenta por cento dos serviços de saúde na cidade de São Paulo são gerenciados pelas organizações sociais. O que significa isso? Quase oito bilhões de reais do orçamento vão para essas organizações sociais.

E a gente tem um serviço de péssima qualidade entregue à população. Nós não temos controle do gasto, o orçamento, o recurso, o dinheiro que vai para as OSs, a gente não tem controle. O Tribunal de Contas do Município não fiscaliza, a Controladoria do Município não fiscaliza, esta Casa não fiscaliza, ou seja, ninguém fiscaliza o destino do recurso das OSs. Elas bailam sozinhas, elas sugam recurso público e a gente fica sem o serviço.

Aqui mesmo nesta Casa, toda vez que a gente vai discutir o orçamento, desde 2019 a gente coloca emendas ao orçamento colocando transparência na gestão dos recursos públicos para as OSs. E o que acontece? A gente aprova no plenário da Câmara Municipal e o Governo veta, ele não quer transparência nos gastos das OSs. A gente precisa entender por que tem esse interesse do Governo em privatizar, em sucatear, de não ter o serviço público, de enfraquecer o serviço público, então esse debate precisa ser feito.

E esse movimento da sociedade, dos trabalhadores da cultura, dos articuladores culturais é fundamental para a gente derrotar esse projeto de terceirização, então a gente não pode ficar calada mesmo. A gente tem que lotar as casas legislativas, lotar as ruas, ir para a frente da Prefeitura exigir que o orçamento da Cultura, Elaine... Elaine está na Comissão de Finanças aqui, onde é discutido o orçamento. Esse orçamento precisa aumentar e a gente tem que exigir a abertura de novos concursos públicos e a nomeação dos concursados que já estão aprovados esperando ser nomeados e lotados nas casas de cultura, porque não vamos aceitar terceirização também na área da cultura na cidade de São Paulo.

Parabéns pela luta, Elaine, parabéns por trazer essa discussão para a Comissão, para dentro da Câmara Municipal e fazer esse enfrentamento contra o desmonte da cultura na cidade de São Paulo. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Celso.

Quero anunciar a presença do codeputado Fernando Ferrari, da Bancada Ativista; da Vereadora Juliana Cardoso, que está *on-line*. A Vereadora Juliana Cardoso está passando por um problema de saúde, então ela está *on-line* e ela pediu também para falar agora, porque ela está afastada. Então a gente vai abrir a palavra também para a Vereadora Juliana, se ela puder falar agora, senão ela avisa a gente quando puder falar. (Pausa)

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – Olá. Boa tarde, ou bom dia ainda, porque a gente ainda não almoçou.

Está me dando eco. É aí ou é eu? (Pausa) Acho que agora deu certo.

Bom dia, boa tarde a todas, a todos e todes. Estou muito feliz de conseguir estar aqui, mesmo que virtualmente, conversando com vocês. Eu passei por uma cirurgia de vesícula e estou me recuperando, já, já estou aí na luta, em que pese a gente não poder parar de trabalhar, não é, gente? Mesmo com a saúde às vezes debilitada, dá uma paradinha, mas as coisas vão acontecendo o tempo todo.

Estar aqui hoje, cumprimentar a minha companheira Vereadora Elaine do Quilombo Periférico, que eu sempre falo que a gente já se conhece há um bom tempo, mas eu acho que esse ano que a gente está junta como vereadoras tem hora que eu olho para o lado e vejo a força dela, a força intensa que ela tem e nós duas juntas vamos avançando e debatendo muitas vezes com um espaço machista, espaço que quer desconstruir as mulheres, as mulheres indígenas, mulheres negras. Então estou muito feliz e, sempre que eu tenho oportunidade de falar sobre isso, eu falo com muito carinho dessa vereadora. E já falo que daqui a pouco somos mais amigas, parece que nos conhecemos há muito tempo, em que pese nossas famílias sempre terem estado no mesmo trecho e na mesma caminhada de luta.



Quero agradecer e dar um abraço nos vereadores presentes nesta audiência pública, em especial... hoje nós estamos aqui mais uma vez... o que não é o movimento de cultura, o que não é o movimento intenso de organização popular. Esse movimento de cultura, eu sempre tenho muito orgulho, porque eu falo que conhece muito mais o orçamento, conhece muito mais a relação de legislação do que muitos vereadores que foram eleitos pelo povo e que não têm nem clareza do que significam os programas que são vinculados à cultura popular e à cultura da cidade de São Paulo. Às vezes colocam como grandes eventos, que são os mais importantes para dar visibilidade, e deixam de fora a cultura popular, que é aquela que é do território, aquela que faz salvar vidas.

Eu falo que é salvar vidas mesmo. De onde eu venho, da minha quebrada, que é na região da zona Leste, de Sapopemba, muitos dos nossos jovens só foram... Eles tinham uma linha... Sabe aquela linha que você tem entre o tráfico, entre a cultura ou viver pela cultura. Então, dentro dos projetos sociais, a cultura sempre foi muito importante e avançou, rolou teatro, música, dança, circo, qualquer atuação que pudesse ter o extravasar, extravasar a tristeza, extravasar as desigualdades sociais, extravasar tudo aquilo que naquele momento a gente vivia, como hoje a fome, a miséria e o desemprego. Então os fazedores de cultura são importantes para todas as lutas.

É importante a gente dizer também que está aqui no plenário a nossa intérprete, a Fabiana Cozza, uma pessoa por quem tenho muita admiração, que está aí, que eu sei que está. Então eu quero te dar um carinho, um cheiro. Você manda muito bem, como todas as outras fazedoras e fazedores, artistas e atrizes, atores, de cultura.

Essa semana, mesmo com esse problema de saúde que eu tive, achei que a gente tem que ter uma força coletiva, que a gente vai ter que avançar nessa Secretaria de Cultura. Chega de a gente ficar fora do orçamento, gente. Chega de eles ficarem achando que a área da cultura tem que ser desqualificada. É uma área que principalmente...

- Falha na transmissão. Registro prejudicado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Tem alguém no *chat* com o microfone aberto. Se puder desligar, por favor.

**A SRA. JULIANA CARDOSO** – É uma área que faz transformação social, que desperta a consciência para a vida. Então vocês colocarem aqui as casas de cultura que foram com muita dificuldade, com muita luta, de pensar em casas de cultura dos territórios periféricos, e que, aliás, elas deviam fazer muito mais atuações, porque os valores que vocês pagam, as secretarias pagam para as casas de cultura, por exemplo, que são do Centro, nas casas de cultura que são das periferias, se vocês forem verificar, os valores dos cachês são bem menores. E não tem tanta atuação como poderia ter.

E agora vem com essa nova transformação de fazer mudanças, sem conversar direito com a área de cultura viva, porque a cultura é viva, ela é intensa, é revolucionária. E essas casas que foram pensadas foram pensada por essa luta. Então eu sei que hoje tem um Prefeito que já foi vereador desta cidade, eu sei que nesta Casa a maioria é da Bancada Governista, são bancadas que se brincar – se brincar, não; na verdade elas falam, e falam na Tribuna – que são contra a palavra gênero, são contra e acham correto e têm preconceito com a comunidade LGBTQI+, que não gostam e não fazem com que a cultura aconteça, porque a cultura está na consciência e liberta.

Nós sabemos de Vereadores que falam isso na Tribuna, que não vão querer muito nos ajudar na questão do orçamento. Mas nós vamos ter de guerrear.

Eu, com os meu ancestrais, quando a gente fala sobre a relação indígena, quando a gente fala de guerrear é para conquistar o nosso território. É a gente conquistar as nossas lutas. Se eles estão querendo e estão se organizando para destruir tudo aquilo que foi construído, durante anos, pela cultura popular dentro da relação financeira e de projetos de lei, eles estão muito enganados. Porque eles não têm clareza da força da cultura popular brasileira.

Parabéns por esta audiência pública. Com certeza, vocês podem contar com este mandato para entrar na linha de frente da guerra que vamos fazer para acontecer, para essas casas de cultura não entrarem na terceirização e fechar as portas, no final das contas, para

pessoas que estão no entorno e à comunidade que precisam estar dentro dessas casas e fora das casas para construir e criar cultura popular.

Muito obrigada, pela oportunidade.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Vereadora Juliana. Nosso próximo convidado para fala é o Luiz Carlos, o Dox, que deve estar *on-line*.

**O SR. LUIZ CARLOS (Dox)** - Boa tarde a todos. É um prazer estar participando desta plenária na Câmara Municipal. Estou representando o Coletivo Oeste Rap, do Butantã, também a casa de cultura do Butantã, que é um espaço cultural onde, infelizmente, estão querendo implantar a terceirização, enfiar goela abaixo do povo, mas quem frequenta a casa de cultura é o povo.

A casa de cultura foi feita para o povo, só que infelizmente os governantes não olham dessa maneira, sempre olharam de maneira meio drástica, jogada de lado. Sempre o povo periférico foi mandado para o fundão, nunca olharam com o valor necessário para o povo periférico, certo?

Então esse lance de terceirização que estão querendo fazer, em relação à casa de cultura, é mais um golpe, para falar a verdade, mais um golpe diante de tantos outros golpes que nós vimos sofrendo há muito tempo. Aliás, desde a época dos índios. Coisa que o Governo vem fazendo isso com frequência.

Muitas vezes não chega até o povo, não chegam essas informações, essa desinformação do povo que faz com que eles queiram terceirizar as casas de cultura. Muitas vezes não chega ao povo toda essa tramoia que o Governo anda fazendo.

A Casa de Cultura do Butantã é bem ativa, poderia ser mais. Poderia ser mais frequentada pelo nosso povo periférico. Como as outras casas de cultura ao redor, que são bem periféricas. Poderia ter mais espaço para isso, infelizmente não tem.

Não sei se é essa desinformação que eu falei, que faz com que o povo não frequente tanto. Faz com que outras pessoas ocupem o espaço, não espalhando os eventos da casa de cultura, principalmente a do Butantã.

Eu não posso falar de outras casas de cultura porque são distantes de onde eu frequento.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

**O SR. LUIZ CARLOS (Dox)** – A Frente Nacional do Raggae sempre está fazendo residência na Casa de Cultura com o Coletivo Oeste Rap, que sempre faz eventos para levar mais a cultura, principalmente a do *hip hop* e a do *rap* para as comunidades. Algumas comunidades não conseguem chegar à casa de cultura.

Então esse lance da terceirização, dessa palhaçada que estão querendo fazer com as casas de cultura é prejudicial principalmente para o povo, não só para quem faz a cultura. Não só para quem desenvolve a cultura, mas, principalmente, para aqueles que estão querendo saber mais e frequentar mais os espaços.

Há pessoas que não sabem nem o que é cultura. Se você espalhar por aí pela periferia encontra essas pessoas. Não sabem o que está acontecendo. Apenas sabem que há uma roda de capoeira, um grupo de Rap cantando, uma peça de teatro funcionando, uma frente feminina batendo de frente, mas a raiz ninguém sabe.

Essa desinformação acaba pegando e o Governo se aproveita de certas fraquezas em relação à desinformação.

Vamos na frente da Prefeitura, vamos a todas as frentes que querem terceirizar, querem afastar o nosso povo das casas de culturas, vamos bater de frente. Somos a maioria e a maioria sempre vence. O que não pode ter são essas discordâncias, as desinformações, as idas e vindas de informações desnecessárias.

Acho que todo mundo tem de correr junto. Juntos somos mais fortes. Isso não é uma palavra que vem de agora, já vem de algum tempo. Juntos somos mais fortes e o Coletivo Oeste Rap junto com a Frente Nacional Reggae, do meu amigo Pedro, que provavelmente deve estar aí presente.

Vamos bater de frente. Vamos na frente da Prefeitura, porque isso não afeta só a nós da cultura, mas afeta meu filho, minha filha, o seu filho e a todos. Afeta geral. Pode ter certeza de que juntos, nessa batalha, vamos conseguir o nosso espaço e o valor necessários.

Muito obrigado pelo espaço. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Dox.

Informo mais uma vez que as inscrições estão abertas a todos e todas que queiram falar. Favor se dirigir presencialmente na secretaria da Comissão, enquanto durarem as falas do convidado, ou no *chat*. Há representantes de Parlamentares que não puderam estar aqui, mas que gostariam de fazer uso de palavra, vamos intercalar com as falas dos Vereadores. Nesta Casa, sempre que há um Parlamentar presente nós precisamos abrir a fala.

Estamos intercalando as falas dos movimentos, das pessoas que foram convidadas com os Parlamentares que quiserem falar.

Só para esclarecer, porque algumas pessoas estão pedindo, mas está aberta a inscrição para quem quiser falar. Nós iremos convidando, conforme for possível. Como é uma audiência pública, nós estamos aqui primeiramente para ouvir o público, a sociedade civil, então nós vamos intercalando.

Vou convidar o Fofão, que deve estar *on-line*, para fazer uso da palavra. (Pausa) Se ele não estiver, vou convidar outra pessoa e sigo a lista depois. Se o Fofão chegar avise que daremos a palavra de novo.

Vou convidar a Cida Perez, representante, chefe de gabinete do Vereador Antonio Donato.

**A SRA. CIDA PEREZ** – Boa tarde a todos e a todas.

Quero cumprimentar todos na figura da Vereadora Elaine do Quilombo Periférico e agradecer por estar aqui, representando o Vereador Antonio Donato, que teve uma agenda fora, mas a maioria dos presentes sabe como essa pauta lhe é cara. A Subcomissão foi formada, até, por conta, também, da pressão dos movimentos populares, como foi dito por um representante logo no começo, e é saudável que ela tenha se mantido, para debater como o orçamento da

cultura é executado, mas, mais que isso, na execução do orçamento é que percebemos a política cultural que está sendo implementada na cidade.

Aqui, vale destacar que a cultura cria a identidade do povo. Ela cria a identidade no território. Ela nos dá o sentimento de pertencimento e nos forma, também. Ajuda a moldar a nação. Então, é inconcebível que uma política cultural seja terceirizada, seja relegada a entidades parceiras – não as denegrindo, mas elas não podem ser responsáveis pela elaboração de uma política cultural, a menos que o Governo entenda que política cultural é realização de eventos e oficinas, sem nenhuma articulação.

Como vamos falar do *rap*, sem falar dos seus quatro ou cinco elementos? “Ah, vou fazer uma oficina de grafiteagem.” Como se isso desse conta da cultura... Como é que eu vou falar dos povos originários, dos indígenas, da questão da pauta dos negros nessa cidade?

Então, essa questão é muito cara para nós. As Casas de Cultura são braços da representação da Secretaria e levam aos territórios a política cultural da cidade. O Nabil lembrou bem a articulação no território, a importância das Casas de Cultura e como elas eram articuladas com o CEU, nesse reconhecimento da identidade do local e na visibilidade dos grupos culturais. Não é só cultura geral. Não são só os clássicos que estão no Theatro Municipal. É como nós temos de abrir os equipamentos culturais existentes na cidade, os teatros, mas não de qualquer forma.

Não foi à toa que se brigou para haver os conselhos gestores. Não foi à toa que brigamos para haver uma gestão compartilhada nos CEUs, que junte educação, cultura e esportes, porque a educação não é só a escola. Ela é muito mais ampla e a cultura é o que nos faz crescer. É o que dá conta de vários valores, o que nos promove como seres humanos.

É por isso que não podemos aceitar essa terceirização. Por mais que se tenha falado do MROSC, que foi feito no Governo da Dilma e que o Haddad regulamentou, é como parceria. Não é como gestor de uma política. Isso tem de estar muito claro, como também serve de alerta. Embora o Secretário esteja fazendo um estudo, é só vermos o que está acontecendo nos CEUs.

Os CEUs estão com um completo descaso na sua parte cultural e esportiva. Não há uma integração, mais, das Secretarias. O pior é ter sido licitada uma ONG para gerir esses 12 novos CEUs. Qual é a política que vai ser feita lá? A política cultural tinha de ser levada para a cidade como um todo, para que os seus munícipes conhecessem a política educacional, a política cultural, a política esportiva. Qual é a política educacional desses equipamentos? Estamos vendo uma separação. Estão apartando a educação, nos CEUs, dos seus equipamentos. Estão reduzindo toda a política, todo o sentimento que tanto havia na Casa de Cultura, nessa integração, de ver o pertencimento, de as pessoas se reconhecerem no território, para batalharem por melhorias – e isso está sendo renegado.

A cultura está sendo vista como evento. Como dizia um amigo meu, lá, no MEC, evento é vento, se ele não estiver articulado a uma política.

É isso. Obrigada, Vereadora Elaine do Quilombo Periférico. Obrigada a todos.  
(Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Sra. Cida. Eu vou só dizer mais uma vez que fizemos um combinado de cinco minutos de fala. Valem para todos os cinco minutos de fala. Então, eu vou pedir para nos atentarmos ao tamanho da nossa fala, por favor. Eu vou chamar o Sr. Gustavo Xavier, que deve estar no presencial. Sim, está aqui.

**O SR. GUSTAVO XAVIER** – Salve, salve, pessoal.

**(NÃO IDENTIFICADO)** – Pessoal, uma Questão de Ordem: se alguém, por favor, puder mandar a lista, estamos aguardando e há nomes aparecendo. Estamos meio perdidos, aqui, no *on-line*. Desculpe atrapalhar a fala do nosso companheiro, mas, se alguém puder, por favor, no *chat*, nos dar um retorno, para nós é importante nos organizarmos. Está bom? Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, companheiro. Só vou escurecer mais uma vez: tivemos alguns convidados, que foram enviados pelo

Movimento Cultural das Periferias. Eles vão falar primeiro – os Parlamentares da Casa, também. Em seguida, começaremos a chamar a lista dos inscritos no *chat*. Está bom? Obrigada.

**O SR. GUSTAVO XAVIER** – Salve, salve, a todos e a todas. Primeiramente, agradeço à Vereadora Elaine do Quilombo Periférico pelo espaço, pela acolhida desta demanda, que é tão importante para nós. Principalmente, como somos periféricos e periféricas, dá para notar que a maioria, aqui, é pessoa preta. A maioria, aqui, também é de mulheres. Então, é muito nítido, quando falamos de precarização, quando falamos de privatização, qual é a população que geralmente vai ser atingida com essa privatização.

Eu vim aqui, hoje, mais como se fosse dar um testemunho sobre as Casas de Cultura do território de onde eu vim. Eu sou da Brasilândia, Freguesia do Ó, zona Norte. Lá, há duas Casas de Cultura e quero falar que elas são importantíssimas. Elas estão diretamente ligadas à minha trajetória como artista e produtor cultural. Foram essenciais na minha formação como músico e fazedor de cultura.

Iniciei lá nos anos 2000, na época da gestão Marta, e tivemos um apoio. Eu tinha uma banda de *reggae* e tal. Tivemos o apoio, principalmente, da Casa de Cultura da Freguesia do Ó. Não fui só eu. Também havia outros artistas, de outras linguagens, que faziam parte daquele território. A casa acaba sendo, muitas vezes, uma das primeiras oportunidades de minimamente ter acesso a um equipamento de som bom. Sabemos que na quebrada ninguém tem grana para ter uma mesa, para ter PA, para ter amplificador. Então, a casa acaba sendo, muitas vezes, esse primeiro contato com o mundo profissional, vamos dizer assim, de música. Eu falo de música porque eu faço música, mas, enfim, há outras linguagens.

Assim, é muito facilitado o acesso desse pequeno artista a uma casa. Basta ele chegar lá com um simples projetinho e falar: “Olha, meu nome é Tal. Eu faço tal coisa.” Tal gestor vê e fala: “Olha, vamos marcar uma data.” É muito facilitado. Então, isso é uma política pública.

Fazendo uma comparação, já, com os equipamentos de cultura do estado, que são as fábricas, vai qualquer um de nós tentar tocar? Vai qualquer um de nós tentar fazer uma roda de *slam*? Vai qualquer um de nós pedir um espaço público nas fábricas? As fábricas só servem



para ter oficina e mais nada. Eu também atuo no Carnaval de rua, o nosso bloco hoje usa a Casa de Cultura da Brasilândia como sede. A gente marca as nossas reuniões, a gente ensaia lá. Vai qualquer coletivo cultural de quebrada, *hip hop*, batalha de rima, vai pedir espaço na fábrica. Não dá, entendeu?

Então, assim, sendo muito direto, como que influencia essas gestões de OS? Elas negam ver espaço e se acham no direito de julgarem o que é relevante culturalmente para aquela quebrada. Quem tem que saber o que é relevante para a gente ou não somos nós mesmos. Não é tipo uma VOS, que muitas vezes aquele próprio gestor nunca foi no bairro que ele está, ele não é do bairro, entendeu?

Então, é um testemunho mesmo assim de como a Casa de Cultura abre, ela é aberta. Na Casa de Cultura toda quarta-feira, à noite, das oito às dez da noite tem a batalha de rima. Vai ver se tem isso em qualquer equipamento que seja gerido por tipo OS.

Além do mais, eu vejo isso como uma medida higienista, via cultural. Sabe? Tipo não. Via cultura boa é isso; via cultura *funk*, *slam* não é bom. Eu vejo muito essa perspectiva de higienização socioeconômica, para não falar de racismo, porque eles falam que tudo o que a gente fala de racismo acham que é mi-mi-mi. Então, é um anti-pobre, tá ligado? Quando você chega numa fábrica via cultura.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Concluindo, por favor.

**O SR. GUSTAVO XAVIER** – Então, é isso. Eu também me inscrevi na fala. Na fala eu volto aí. Beleza, família? É isso aí. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Parece que o Fofão, que eu tinha chamado anteriormente entrou. Vou abrir a palavra de novo a ele. Fofão está *on-line*? Não?

**O SR. FOFÃO** – Salve. Tudo bem?

Tudo bem. Bem-vindo, Fofão.

**O SR. FOFÃO** – Boa tarde a todas e a todos. Saudar a nossa companheira Dani Mineiro, saudar a todos os fazedores de arte. Infelizmente não pude estar ai presencialmente, por conta de problemas familiares, meu filho está meio doente, mas estamos aí na luta.

Quero me posicionar, deixando o nosso olhar contra essa privatização, nessa terceirização que a Secretária vem colocando. Agora não sei, teve uma desconversa, mas a gestão a gente sabe que funciona desse jeito, quando está na frente da população desconversa para fazer por trás essas armadilhas. Mas, avisar que estamos organizados e de olho acompanhando todo esse processo.

Venho aqui falar um pouco da região Noroeste. Sabemos da demanda que existe aqui na Noroeste. Infelizmente, não tem nenhuma Casa de Cultura nessa região: Perus, Jaraguá, Anhanguera. Essa região não desfruta desse equipamento. Infelizmente, sabemos das necessidades que o nosso território tem por conta disso, mas os coletivos se organizam para amenizar esse déficit aqui no território.

Foi nesse quesito aí que fizemos umas organizações, fizemos algumas ocupações de equipamentos públicos para mostrar que existem prédios públicos que podem se tornar espaços de encontro, como são as casas de cultura.

Foi o que aconteceu em 2016, teve a ocupação Casa Hip Hop de Perus, que foi decretada a Casa de Cultura em 2016 na gestão Haddad. Em 2018 entrou novamente no decreto de Bruno Covas, porém a gestão não foi assumida e a gente vem fazendo a gestão dessa casa desde 2016.

Estamos nesse processo com os blocos de ocupações, que são esses equipamentos de cultura criados na cidade pela demanda e pela falta de estado. Então, os coletivos ocupam esses espaços para forçar e tentar fazer esses espaços, ocupar esses prédios públicos virarem esse espaço de encontro, de lazer e de manifestação.

Sabemos que a gente usa a arte não como lazer, como dizia Preto Ghóez, “arte pela arte, nunca não”, e sim como um processo de reivindicação. Então, a gente vem fazendo essa

organização nesse processo de ocupação para pensar no desenvolvimento sustentável local desses territórios.

A gente vinha fazendo uma conversa com a Secretaria, porém após esse processo de terceirização que foi divulgado, a Secretaria calou-se. Não nos atende mais, como forma de pensar em processos dessa gestão com a comunidade local, porque é o certo. O equipamento público tem que estar na gestão de moradores do bairro, e não ser barganha de vereador como vem sendo, ainda mais aqui no território de Perus - e os vereadores aí sabem muito bem do que estou falando. Então, não funciona equipamentos virar barganha de vereador se não tiver uma gestão alinhada com a comunidade, porque é a comunidade que mora, é a comunidade que entende o processo de desenvolvimento desses territórios.

Então venho aqui me posicionar, falar que infelizmente a Secretaria virou as costas, deixou a comunidade falando novamente, por conta dessa terceirização. Sabemos que é uma armadilha que eles vêm fazendo. Se querem pensar em um processo de desenvolvimento, vamos fazer uma gestão compartilhada com as coletividades que já fazem ações e mantêm as atividades, a formação, a utilização desses equipamentos com os territórios. Porque é através desses lugares, das casas de cultura que podemos contratar os jovens que estão iniciando em artes, nas suas manifestações artísticas através desse processo de abrir espaço, de gerar trabalho e não de uma terceirizada a gente vê aí no estado.

Os fazeres artísticos periféricos não existem nesse olhar dessas instituições, dessas terceirizadas. Então, a gente vem aqui fazer essa reivindicação, se querem fazer um processo de pensar em gestão e dar essa ação, que seja com os coletivos culturais que estão nos territórios, e não uma terceirizada que pega o dinheiro, leva a maior grana e deixa a comunidade falando. Essa é uma das nossas reivindicações.

Daí, a gente vem se posicionar aqui e estamos à espera da construção dessas casas de cultura aqui no nosso território, na região Noroeste. Que fique bem avisado: se privatizar, terceirizar, os coletivos vão ocupar todos esses territórios, todas essas casas e a briga será

maior. Firmeza? Estamos juntos na luta. Salve o movimento cultural das periferias. Salve Mestre Zé Soró.

Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Obrigada, Fofão, do Quilombaque.

Vou convidar a Fabiana Cozza.

**A SRA. FABIANA COZZA** - Boa tarde.

Eu nunca estive numa tribuna assim oficial de uma Casa como esta. Então, eu vou seguir o rito, tal qual os colegas anteriores seguiram, cumprimentando especialmente a você, Elaine, por quem eu tenho um carinho muito grande, também a Vereadora Paula, o Vereador Celso já foi, o Vereador Fabio Riva, os que nos ouvem pela internet e a todos os colegas e as colegas que estão aqui, trabalhadores da cultura, artistas, como eu.

O que eu venho dizer é muito simples, porque quem esteve aqui, quem me antecedeu já disse tudo, porque são as pessoas que estão vivenciando cotidianamente o que acontece nas casas de cultura. Então, o que eu tenho, talvez, para colaborar: primeiro é dizer que eu estou com vocês e sou contra a privatização das casas de cultura, essa é a primeira coisa. A segunda coisa, só lembrando uma fala anterior do Sr. Fabrício sobre um estudo, eu como uma pesquisadora atualmente doutoranda, não existe estudo sem escuta e o estudo não se faz dentro de gabinete, mas ele se faz na rua, com as pessoas acolhendo as demandas, tal qual o Fofão acabou de dizer e tantos outros aqui já disseram. Então, é preciso que se abra essa escuta do que realmente acontece no cotidiano das casas de cultura.

E aí eu só tenho três perguntas, Elaine, em relação a esse projeto de privatização: A quem interessa? A quem interessa? Por quê? Por quê? E para quê? Para que esses projetos de privatização? Eu encerro a minha fala agradecendo o convite dos movimentos, agradecendo a vocês que organizaram esse encontro, dizendo que nós mais do que nunca precisamos efetivamente estarmos juntos e, aí sim, sem fazer show, mas cantando um trequinho de uma música de um grande artista brasileiro, um grande defensor da democracia desde muito tempo,

que muita gente de um determinado lado não gosta, que é o Chico Buarque. “Apesar de você amanhã há de ser outro dia, você vai ter que ver amanhã renascer e esbanjar poesia, como vai se explicar vendo o céu clarear, de repente, impunemente, como vai abafar nosso coro a cantar na sua frente.”

Boa tarde, senhores.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Muito obrigada, Fabiana, a voz da Fabiana é uma dessas artistas que sempre está do lado da cultura, sempre está do lado do povo. Muito obrigada pela presença, pela fala. Eu vou convidar também a Vereadora Luana Alves, que está *on-line*, para fazer uso da palavra, por favor.

**A SRA. LUANA ALVES** – Bom, vou falar muito rapidamente, estão conseguindo me escutar? Perfeito.

Quero primeiro parabenizar minha colega, Vereadora Elaine, parabenizar todo mundo que está nessa audiência, fazedores e fazedoras de cultura, fico muito feliz e nesse momento eu peço desculpas por não estar presencial, gostaria muito de estar, mas estou sentindo daqui a força e a potência que está acontecendo nesse espaço.

Queria dizer bem rápido que as casas de cultura vão no sentido do que a gente acredita que a cultura é o fazer local, territorial das pessoas. Existe uma linha de alguns governos que inclusive infelizmente flerta com uma política pública de cultura de primeiro fazer grandes eventos, segundo levar cultura para as regiões, levar cultura para os bairros, levar cultura para as quebradas. Isso não existe. As pessoas fazem música e o que precisa é de política pública.

O que existe, na verdade, é a necessidade de estrutura, é a necessidade financeira, é a necessidade de equipamentos locais espalhados nos territórios que consigam ser ferramentas para os fazedores de cultura de cada região, para que não seja necessariamente ali um grande evento por ano, ou um grande evento por mês, que vai ter numa casa de cultura. É o fazer cotidiano que significa contato com as pessoas, contato com os artistas que estão ali com as pessoas.

E privatizarmos casas de cultura significa quebrar esse papel, significa ter uma gestão centralizada e privada das possibilidades de estruturação inclusive financeira e material para os fazedores de cultura local. Então, é muito grave a possibilidade de ter essa privatização e a desculpa que é usada é das piores possíveis, que é a desculpa que não tem gente, não tem profissionais na Secretaria Municipal de Cultura para estar nas Casas. A Prefeitura, acho que já foi dito aqui, mas eu queria repetir: a Prefeitura de São Paulo hoje está com um caixa que jamais teve, está com uma quantidade de dinheiro guardado que há muito tempo não tinha, ou seja, é plenamente possível fazer concurso, fazer seleção pública local, que conte com quem já está na casa de cultura para conseguir contratar mais gente, é plenamente possível de fazer.

A decisão política de privatização significa ir na contramão de uma visão emancipadora, de uma visão comunitária do que é cultura, então é muito grave o que está acontecendo.

Quero dizer que aqui na Câmara tem muita força para que não aconteça e eu sei que dentro da própria Secretaria Municipal de Cultura não há consenso e isso é uma coisa importante de ser colocada. Então, quero parabenizar as pessoas que estão aqui, colocar que a luta vai ser muito longa para que não tenha a privatização, mas a gente vai estar junto dela, não só para não ter a privatização, mas para fortalecer as casas de cultura para que elas sejam, de fato, instrumentos e ferramentas para os fazedores de cultura poderem estar lá e não para a Prefeitura levar cultura para ninguém, mas para que de estrutura para quem está ali no seu território, na sua quebrada, fazendo a sua arte.

Então, é isso que eu queria dizer, parabenizar novamente por esse espaço e queria só perguntar para a Vereadora Elaine se tem alguém da Secretaria Municipal presente na audiência neste momento?

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Eu acho que sim, Luana, acho que a chefe de gabinete da Secretaria está presente *on-line*.

**A SRA. LUANA ALVES** – É bom saber. Enfim, eu não consegui escutar a fala dela, mas eu gostaria de escutar nessa audiência a resposta da Secretaria Municipal de cultura. É só isso, obrigada, e de novo, parabéns, Vereadora Elaine.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Luana. Gostaria de chamar a Durvalina.

**A SRA. DURVALINA** – Olá, bom dia a todos e a todas, bom dia, Elaine, bom dia aos colegas aqui. Eu sou Durvalina, sou da Associação dos Servidores de Nível Superior da Prefeitura Municipal e para começar digo que estou muito feliz de estar aqui, da força, da potência desse momento que estamos vivendo.

Por outro lado, estou muito preocupada enquanto servidora, é uma carreira inteira dentro da Secretaria Municipal de Cultura, eu sou bibliotecária de carreira, e trabalhei por mais de 30 anos na Secretaria de Cultura, então vivi muita coisa. Estou vendo que a Mona, está aqui.

No período da Luiza Erundina, que é de quando é a lei das casas de cultura, nós vivemos intensamente uma democracia dentro da Secretaria Municipal de Cultura. A professora Marilena Chaui, que conduzia os trabalhos, se preocupava muito com o que ela encontrou ali, com as concepções de política pública de cultura, com a concepção de cultura, na verdade, dentro do estado, porque o estado não faz cultura, mas o estado tem o papel fundamental na cultura, que é a democratização da cultura, porque cultura é direito, assim como saúde, educação, é direito, se é direito, é responsabilidade do estado.

O estado tem que proporcionar canais, vias, para que esse direito se efetive e, naquele momento, não havia quase equipamentos de Cultura nas periferias. Havia algumas bibliotecas, algumas poucas bibliotecas e não havia mais nada. E a ideia era se levar cultura para a periferia, como já foi dito aqui, o que é uma coisa profundamente preconceituosa, o que é uma coisa profundamente dura de se ouvir, como se quem está nas periferias, os povos, as pessoas que ali estão, os coletivos, as comunidades, não tivessem sua própria cultura e não tivessem o direito de exercer essa cultura, de vivenciar essa cultura. E dessa discussão, das políticas públicas de cultura, certamente não é uma coisa simples. A cultura tem uma

complexidade danada, e dar conta dessas complexidades, traduzindo o direito à cultura em políticas públicas, não é para qualquer um. E ainda bem que a Sra. Luiza Erundina maravilhosa colocou a Profa. Marilena Chauí à frente dessa tarefa. E aí, numa construção democrática conjunta - porque não se trata aqui de personalismo absolutamente, mas de como se pode viver o momento de muita democracia dentro da Secretaria da Cultura e dentro do estado - nós vivenciamos isso. Eu costumo brincar dizendo que a vivia em assembleia permanente: Tudo era discutido por todos e se, num primeiro momento, aquilo parecia meio caótico, aquilo parecia confuso, aos poucos, foi se percebendo, foi se tendo a noção de como aquilo era efetivo, de como aquilo era importante e de como aquilo estava certo. A questão não é levar cultura para a periferia. A periferia tem a sua Cultura. As comunidades têm a sua cultura. A questão é o que eu faço com isso que está ali, que eventualmente é diferente do que está no Centro, de que eventualmente é diferente do que está, vamos supor, no *Theatro Municipal*, que está ali, que é uma casa de Cultura erudita. E como é essa Cultura popular, como é que eu abro os meus olhos para ver isso de fato, para respeitar e para sentir, porque nós queremos isso: Nós queremos respeito, respeito.

Para vocês terem uma ideia, nessa longa trajetória, dentro da Secretaria de Cultura, houve um momento em que nós fomos ver o que se estava colocando nas periferias de livros; e havia um programa. E eu fui ver e os livros eram bem - eu trabalhava, na Monteiro Lobato, que é uma biblioteca no Centro - bem diferentes. Eu fui perguntar por quê? Responderam: "Ah, porque esse pessoal não tem a mesma familiaridade com o livro. É um material muito delicado. Não dá para a gente colocar livro caro lá". Oi, como assim? É para fazer política cultural para todos ou não? Eu vou escolher o livro não pelo seu conteúdo, mas se é capa dura, se ele é caro ou se ele é barato? E aí, naquele momento, nós conseguimos inverter isso, porque havia essa determinação, de inverter as prioridades e, naquele momento, a gente conseguiu colocar tudo do bom e do melhor onde se precisava. (Palmas) Aí nós fizemos o projeto da biblioteca, por exemplo, porque eu rodava toda aquela periferia; Era uma ideia enquanto a gente não consegue ter as bibliotecas físicas lá, porque não é para ser eternamente improvisado. É para um dia haver



tudo o que há de direito ali, e as casas de cultura é a tradução dessa ideia, dessa política cultural, uma ideia também de que a cultura se dá na relação. A cultura precisa circular. Se fizerem uma lindíssima poesia e guardar na sua gaveta, olha, não é Cultura, por mais linda que seja. Por quê? Porque ela não está sendo vista por ninguém. Ela não está sendo ouvida por ninguém. Ela não está sendo lida por ninguém. Se publicam, aí sim, aí vira Cultura. Se ela começa a circular, aí vira cultura. Eu sei que eu não tenho tanto tempo. Eu não posso me estender muito aqui, mas eu queria que a gente pensasse nisso: Qual é a vantagem de termos - hoje são vinte casas, dezenove casas e mais uma itinerante. Certo? - qual é a vantagem de nós termos essas casas privatizadas? Qual é a vantagem? Eu não enxergo nenhuma. Por quê? Porque que diferença vai fazer para a cultura de São Paulo nós termos mais vinte entidades particulares privadas, concedidas de cultura? Zero. Agora a diferença que faz vinte casas de cultura levando e traduzindo uma política pública não tem preço. E digo mais: Nós não queremos só vinte casas de cultura. Nós queremos casas de cultura em toda a periferia; em todos os lugares onde é necessário. Queremos estruturação dessas casas de cultura. Queremos que elas estejam prontas para uma missão que é difícil, porque do caminho se faz o caminhar. Nesse caso, é isso mesmo. Não há fórmula pronta, e não ser sozinho, vai ser junto com quem ali está, vai ser junto com os coletivos e com as comunidades. Agora tem que haver a gestão pública mais democrática e mais transparente possível. Nós não podemos abrir mão disso, para termos uma coisa similar ao que está acontecer nos CEUs. Eu acabei de ver publicação de contrato para se trabalhar na área cultural do CEU, do Instituto Baccarelli. Gente, sabem quanto? Mil e quinhentos reais por 44 horas mensais, e não pensem que vão receber mil e quinhentos brutos não, porque é o bruto. É proporcional às horas trabalhadas, ou dois mil para um analista de Cultura 2. Então assim, é precarização da precarização. Certo? E como representante dos servidores, eu gostaria muito que houvesse mais respeito com a categoria. Mais respeito, por favor. A gente acabou de ouvir aqui que houve vários benefícios para a categoria. Eu queria que me citassem um ou dois, porque o último benefício que a gente viu foi a revogação de um decreto. Aqui foi citado também o Prefeito Bruno Covas, que faleceu, teve câncer e teve toda solidariedade do mundo.

Pois bem, os servidores que têm câncer ou que têm uma doença incapacitante, que tinham direito a uma isenção do que é cobrado de previdência, isso acabou de ser revogado. Vão ter que pagar. Para pessoa que está aposentado, com câncer e incapacitado: quatorze por cento do salário. Então, assim: isso é benefício? Isso é crueldade, é crueldade, é violência. É isso que nós estamos vendo. Certo?

Quem viabiliza, quem tem obrigação de viabilizar a política pública é o Estado. A Prefeitura não pode simplesmente dizer: “Não quero mais brincar disso, e vou colocar não sei lá, que vai contratar, que vai fazer e vai acontecer”. Não é assim que funciona. Não existe isso. A Prefeitura tem que dar conta do seu recado. O seu recado é esse: viabilizar políticas públicas para todos, para todos, não só para alguns.

Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Eu vou fazer um combinado aqui, porque a gente está já avançando no tempo, e a gente tem uma questão de horário nesta sala, onde acontece o plenário da Câmara; e hoje há sessão. Então, nós temos mais uma convidada, a Sra. Kelly Oliveira, que vai fazer o uso da fala.

Vou depois chamar a Sra. Muna, para falar em nome da Sra. Deputada Luiza Erundina, que também foi uma das responsáveis pela instalação das casas de Cultura.

A gente vai fazer um combinado, também de primeiro respeitar muito o tempo da fala, senão nem todo mundo consegue falar. Depois acho que a gente vai ter que diminuir um pouco o tempo da fala, senão a gente não consegue ouvir, porque já há mais de trinta pessoas inscritas aqui, presencialmente e *on-line*. Então, vou pedir, por favor, muita parceria, para a gente conseguir manter o tempo da fala.

Tem a palavra a Sra. Kelly Oliveira.

**A SRA. KELLY OLIVEIRA** – Obrigada, Sra. Elaine. Primeiro eu queria saudar os amigos e camaradas que falaram antes de mim. Agradeço muito os movimentos sociais que fizeram esse convite e a Mandata Quilombo, que, mais uma vez, aí acolheu a demanda dos movimentos sociais. Eu vou falar em nome do CTT. O CTT é um Coletivo de Trabalhadores

Terceirizados das políticas públicas. A gente se organiza desde 2019, justamente para discutir as nossas condições de trabalho e apontar o desastre que é o regime de parceria e de terceirização na cidade de São Paulo e no Brasil como um todo. A gente está organizada aqui, no município, e vemos o quanto são desastrosas essas parcerias, principalmente com os trabalhadores e com a população que acessa essas políticas públicas.

Para a gente também é muito significativo participar de mais uma audiência pública provocada pela mobilização dos movimentos sociais. A luta dos trabalhadores, o movimento de cultura e a luta dos trabalhadores da cultura se somam à luta dos trabalhadores da saúde, que, porventura, hoje estão na rua, no dia Mundial da Saúde. Estão denunciando a mercantilização da saúde e a privatização da saúde. A isso se soma a luta dos trabalhadores da assistência social e da educação, que têm se mobilizado e tentado enfrentar, no último período, essa luta contra a terceirização, que, para a gente, significa sim a mercantilização dos serviços públicos. Então, significa rebaixamento de salário - como a companheira já falou aqui - demissões, assédio, rotatividade de trabalhadores e conseqüentemente descontinuidade do atendimento da população. Então, isso é só para dizer algumas das conseqüências do que esse regime de parceria e de terceirização significa para os trabalhadores e para a população na ponta. Acho que vale a pena dizer o que significa a Casa de Cultura, porque eu acho que os coletivos que falaram antes trataram de falar da importância dessa política pública para a gente, e o movimento de cultura da periferia está muito empenhado em relação a isso.

O CTT é completamente contrário nesse sentido. Cai em sintonia com a carta que a gente também assina e os movimentos sociais, que é contrário a qualquer modelo de terceirização. Para a gente não existe edital ou desenho de edital que dê conta do estrago que essas parcerias com as OSs têm no serviço público. Não importa, gente, o caráter social e de base da organização que vai assumir a política pública em questão. Uma hora essa conta chega, e mais do que isso: acaba escamoteando esse caráter fascista da nossa relação. Então, de trabalhadores, a gente passa a ser parceiros, colaboradores e por aí vai.

Mais uma coisa foi falada aqui. A gente também aponta que é uma armadilha a gente

achar que a boa regulação de uma legislação, tal como marco regulatório, que se localiza nos termos de parceira, seja benéfica, do ponto de vista dos trabalhadores que executam a política ou dos trabalhadores, da população que faz uso dela.

O que importa para a gente - corroborando com a maioria das falas ou todas as falas dos coletivos e dos movimentos sociais - é um projeto de política pública direta, estatizada e sobre o controle da população e dos trabalhadores, ou seja, compartilhada com os movimentos sociais. Então, a gente defende serviço público gratuito para todos, estatização de todos os serviços públicos terceirizados e privatizados e a contratação imediata e direta dos trabalhadores terceirizados dos serviços públicos.

Obrigada pelo espaço. O CTT agradece. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada.

Tem a palavra a Sra. Muna Zeyn.

**A SRA. MUNA ZEYN** – Bom dia a todos. Sra. Vereadora, obrigada pelo convite. Eu vou ser breve, porque eu sei que o horário está avançando. A todos aqui presentes eu trago um abraço afetuoso de luta da companheira Luiza Erundina. A luta está começando. Nós participamos de um Governo que foi possível construir as casas de cultura. Por quê? Porque foi um Governo que ouviu, um Governo de participação popular. As forças populares, as forças democráticas estavam presentes e construíram, no território, as casas de Cultura, e nós estamos aqui hoje, como um ato de resistência. Parabenizo a Sra. Vereadora por esse ato e por essa coragem, para que a representante da Secretaria da Cultura nos ouça e para que ela leve ao Sr. Prefeito a casa de Cultura do povo, a casa de Cultura do território; e a casa de Cultura é do município de São Paulo. Não à privatização e até a vitória, companheiros e companheiras. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Tem a palavra a Covereadora Paula Nunes.

**A SRA. PAULA NUNES** – Obrigada, Elaine. Parabenizo a mandata Quilombo Periférico, em nome da Elaine, pela iniciativa dessa audiência pública. Parabenizo também os

trabalhadores da Cultura, que estão aqui presentes, pela forte mobilização em torno do tema. Cada vez que eu vejo esta Casa cheia dos trabalhadores da cultura, eu penso sobre o papel que a cultura tem na mobilização e na transformação da nossa sociedade e da nossa cidade; e fico muito feliz em ver uma Casa que historicamente não tem essa cara, um Plenário que historicamente não tem essa cara hoje. Hoje a visão daqui de cima vê-los aqui, sem dúvida alguma, nos fortalece também para as lutas que a gente precisa travar aqui dentro.

Eu quero me atentar rapidamente em dois pontos. O primeiro, que já foi muito falado aqui, é sobre o que significa a privatização que a Prefeitura tenta chamar, de uma forma sutil, de gestão compartilhada com as organizações sociais, o que significa a privatização para os serviços públicos. Com a Kelly lembrou e falou muito bem, é uma precarização que precariza não só os serviços públicos, mas também os seus trabalhadores. Nós temos a experiência aqui, na Prefeitura, já de privatização de serviços importantíssimos, como o serviço social, a assistência social. Hoje quase toda é privatizada no município. Também falo da Saúde. Vemos o que significa ter, sob gestão e comando das organizações sociais, serviços como medida socioeducativa, ou os próprios SAICAs. Hoje há muitas organizações religiosas à frente de serviços que deveriam ter um trabalho laico, por exemplo; ou o que significa a precarização desses trabalhadores, que ganham um salário baixíssimo, sem nenhum direito garantido, diante das lutas que precisam travar dentro desses serviços. Então, isso é algo que nos chama muita atenção. Fala da Prefeitura que tem um caixa tão alto e seguir privatizando e terceirizando serviços que são importantes para a nossa Cidade.

O segundo aspecto que eu considero fundamental é como essa gestão da Prefeitura olha a cultura no município. Para além do debate que vocês trazem e trazem também historicamente da necessidade de aumento do orçamento para a cultura na cidade, nós também precisamos olhar o que significa uma Prefeitura que decide, que escolhe investir dinheiro, investir o seu orçamento, que é baixo, mas existe, em coisas como cercar o Vale do Anhangabaú e colocar um Carnaval privatizado, quando os blocos de rua estão pedindo, estão reivindicando poder sair no Carnaval, que vai acontecer agora, no feriado do dia 21 de abril; e a Prefeitura

escolhe cercar o Vale do Anhangabaú e colocar só um grande bloco lá dentro para rodar.

Finalizando, mais do que isso, falo sobre o quanto nós temos também nos atentado aqui. Isso é uma coisa que a Prefeitura não consegue entender, sobre qual é o papel da Cultura nas periferias, para o fortalecimento de todos os outros serviços, ou melhor, para o fortalecimento da nossa vida.

Então, hoje nós tocamos aqui, na Casa, uma subcomissão que estuda os homicídios que são praticados contra jovens negros e periféricos e uma das coisas que nós nos atentamos e estamos pressionando a Prefeitura com relação a isso é ver qual é o papel da cultura na vida e na promoção da vida de jovens negros e periféricos por todas as quebradas que estão aí.

E hoje essa privatização, esse sucateamento, mostra não só uma tentativa que essa Casa já expõe, há muito tempo, de criminalização da Cultura, como o funk por exemplo, mas também de precarização dos poucos e importantes serviços que existem.

Então contem conosco nessa luta, contem conosco para essa briga não só que as Casas de Cultura não sejam privatizadas, ma também para o fortalecimento da Cultura no Município que, sem nenhuma dúvida, um dos direitos tão importantes para que consigamos garantir o direito à vida e ao futuro da juventude negra e periférica. Obrigada, Elaine. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Obrigada, Paulinha.

**O SR. JAIR TATTO** - Elaine Presidente, 30 segundos, por favor.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Pois não, à vontade Vereador Jair Tatto.

**O SR. JAIR TATTO** - Primeiro, parabéns pela iniciativa, parabéns pelo trabalho que V.Exa. faz como Presidenta da Subcomissão de Cultura. Quero registrar aqui minha contrariedade total à privatização, contra a terceirização das Casas de Cultura e ainda dizer que, hoje, há várias reuniões do Conselho de Representantes das Subprefeituras. Então quero avisar todas e todos que estão aí, nem dá tempo de saudar a todos, porque eu tenho de ser rápido, mas avisar que hoje tem várias audiências de Orçamento nas Subprefeituras e, portanto, o tema Cultura deve estar lá, mas há um esvaziamento.

Quero ainda denunciar que dia de semana nestes horários não são bons para se fazer audiência pública de Orçamento em Subprefeituras. Tá bem, Elaine? Era isso.

Parabéns pela iniciativa. Fica aqui nosso posicionamento e eu acho que, dentro da nossa Comissão de Finanças e dentro da Subcomissão há de construirmos um caminho alternativo baseado naquilo que todas e todos colocaram aí nesse momento.

Aproveito para saudar Marilena Chaui, que se propõe a continuar esse debate conosco. Ela não pode estar hoje conosco, mas ela foi a grande criadora das Casas de Cultura no Governo Luíza Erundina.

Quero ainda pedir pressa para a Casa de Cultura da Cidade Ademar que está prometida para este ano e, assim, poderemos então realizar mais uma vitória, que foi a luta do Movimento Cultural de Pedreira - Cidade Ademar. E que se torne então a Casa de Cultura de Cidade Ademar e Pedreira.

Obrigado, querida Presidenta Elaine, e parabéns mais uma vez por essa iniciativa. Um abraço a todas e todos e todes. Só dizer que estou sem imagem por problema técnico, mas estou assistindo atentamente. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Obrigada Presidenta da Comissão de Finanças Jair Tatto, inclusive, por viabilizar a nossa audiência pública que foi feita através dessa Comissão.

Vou perguntar se as representantes da Secretaria de Cultura que estavam presentes, se ainda estão presentes, Aurora, que é Coordenadora das Casas de Cultura, e Karine, que representante da Secretaria de Cultura e, se estiverem, por favor, se querem fazer uso da palavra.

**A SRA. KARINE STEPHANIE ALVES** - Boa tarde, sou a Karine, Chefe da Assessoria Técnica aqui na Cultura, e essa semana estou como Chefe de Gabinete substituta.

Estou com a Aurora aqui ao meu lado, que é a Coordenadora das Casas de Cultura e também com o Erik que é o assessor da Secretaria.

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

**A SRA. KARINE STEPHANIE ALVES** - Como foi falado pelo Secretário de Gestão Fabricio Cobra, a secretaria dele não pode comparecer hoje, mas ela gostaria de estar presente aqui e, por isso, que gostaríamos de solicitar que seja feita outra audiência para que ela possa participar da Comissão de Finanças, principalmente por *e-mail* e o que nós temos a dizer hoje... é muito oportuno, deixar evidente que, primeiro, a notícia que foi divulgada nos meios de comunicação, não se trata de privatização, não se trata de transferir a... e os equipamentos públicos municipais de Cultura para entidades privadas. Não se trata disso.

O Secretário de Gestão explicou um pouco sobre o modelo de parceria, a que a Secretária Aline Torres solicitou... com base na Lei Federal ... e também...

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

**A SRA. KARINE STEPHANIE ALVES** - .. então não se se trata de uma parceria, que é importante ....o que ela está pensando, na verdade, se trata apenas de um estudo... nenhum procedimento, nenhum processo, tendo em vista o novo modelo de gestão das Casas de Cultura, ou em qualquer equipamento cultural, porque após esse estudo de viabilidade, de qualquer parceria com o terceiro setor, será... proposta para consulta pública, para que toda a sociedade civil e os movimentos culturais interessados, participantes e atuantes nas Casas de Cultura possam ter acesso, possam colaborar, possam colocar todas as suas questões em cima desse documento, para que possamos, de fato, construir juntos, a partir desse estudo inicial.

A ideia é pensar justamente como que a Prefeitura consegue qualificar a prestação de serviços dos equipamentos culturais, mediante a .... e qual a utilização de instrumentos legais. E também ... participação social, como eu já disse.. audiência pública, consulta pública e quais outros forem necessários para que possamos discutir isso.

E, assim como estão trazendo aqui para nós, é muito importante que possamos garantir, em qualquer proposta, qualquer estudo, sobre o tema, a proximidade com os artistas que fizeram e fazem parte da história desses equipamentos culturais, espaços de cultura, respeitando essas especificidades, os territórios, as suas singularidades, ampliando sempre a oferta de atividades culturais, nunca precarizando, aumentando o orçamento também..



melhorando... e também a disponibilidade de materiais de consumo, de materiais permanentes, então, pondo a infraestrutura necessária para que os artistas, as artistas, todos que utilizam as Casas de Cultura possam trabalhar com mais qualidade, possam utilizar esses espaços de uma forma mais qualificada.

Então é isso que eu queria colocar para vocês, representando a Secretaria Municipal de Cultura. Também queria tranquilizá-los com relação a isso: a Secretaria não vai fazer nenhum tipo de parceria sem colocar isso para consulta da sociedade civil, sem receber propostas, porque, de fato, estamos em um estudo inicial, não temos ainda dados concretos para passar para vocês sobre esse modelo, porque, de fato, estamos levantando informações necessárias para considerar todos os problemas e se, de fato, essas parcerias são viáveis, como é que podemos melhorar a situação das Casas de Cultura e não privatizar, e não precarizar.

No mais, agradeço todas as falas dos presentes, acho que é muito importante para podermos crescer, qualquer proposta...

Reforço novamente que qualquer estudo, assim que finalizado, será publicado, será submetido para a análise de todos vocês, de todos os interessados. A Secretaria está sempre disposta a debater e a dialogar.

Por fim, a Secretária Aline Torres quer fazer outra audiência pública em que ela mesma vai estar representando aqui deste lado.

- Ruído na gravação. Transcrição prejudicada.

**A SRA. KARINE STEPAHNIE ALVES** - Muito obrigada. Você quer falar Aurora?

(Pausa)

Encerro aqui a minha fala e a gente permanece aqui na escuta de todos os presentes.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Karine, obrigada, vamos passar a ouvir novamente as pessoas que estão na audiência pública. A única coisa que eu gostaria de já adiantar é que os movimentos sociais que estão na audiência pública não vieram aqui para participar do edital de parceria das Casas de Cultura. (Palmas)

Os movimentos sociais que vieram aqui hoje vieram solicitar primeiro: que não exista

a terceirização, ou como vocês quiserem chamar, e que também não se sucateie mais ainda os trabalhos nas Casas de Cultura, porque, há muito tempo, os movimentos de cultura, não sou eu nem as pessoas que estão aqui, mas temos uma luta de décadas nas periferias da Cidade para que as Casas de Cultura atendam as necessidades das pessoas que estão fazendo a cultura na Cidade.

Há muito tempo, inclusive, a maior solicitação desses movimentos é que consigamos, primeiro, antes de qualquer coisa, nem de falar das Casas de Cultura, mas antes instalar as Casas de Cultura em todos os distritos da Cidade.

A Secretária Aline nos avisou, ontem, que não participaria desta audiência pública por questão de saúde, e pediu que o movimento sugerisse, aliás, pediu que o movimento sugerisse outra data em que ela possa participar da audiência pública, porque ela gostaria de estar presente para realizar essa fala com os movimentos. Então, se os movimentos quiserem, nós já solicitamos novamente outra audiência pública, através da nossa Comissão, para que a Secretária possa estar presente e falar com os movimentos sociais.

Eu, como Vereadora, há um ano no Parlamento, antes disso estava há mais de dez anos no movimento de Cultura na cidade de São Paulo e digo que raramente os Secretários de Cultura vêm atender a população para falar justamente de Cultura na Cidade, o que é muito estranho, porque mesmo no meio de uma votação, de Reforma da Previdência, temos aqui Secretário de Educação, Secretário de Gestão, vindo falar com as pessoas. Então, muitas vezes, a Secretaria de Cultura é um mistério, porque nunca conseguimos trazer os Secretários de Cultura para falar com a população em São Paulo.

Então, mais uma vez, eu gostaria de registrar isso, porque é sempre um descontentamento, não só para as pessoas que perdem dias de trabalho, gastam dinheiro de condução e vêm, aqui, nesse espaço, mas também a esta Casa, que teve seus representantes eleitos pela população e não conseguem contato com o Secretário do Prefeito Ricardo Nunes.

- Manifestação na plateia.

- Palmas.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Pessoal, vou pedir para sermos ainda mais breves nas nossas falas, porque temos mais de 30 inscritos presencialmente e *on-line*, então vou pedir para tentarmos conseguir resumir as falas em dois minutos, no máximo três minutos, para conseguirmos ouvir todo mundo, porque às 14h30 precisamos encerrar essa audiência pública, pois, em seguida, temos sessão em plenário, na Câmara, onde os Vereadores fazem uso desse espaço.

Vou chamar intercaladamente, uma pessoa presencial e outra que esteja inscrita pelo chat. O primeiro a falar é o Sr. Pedro Comuna, que está aqui presencialmente. Por favor, Pedro. E o próximo será o Sr. Antonio Marcelo de Souza, que está *on-line*, e pode ir se preparando.

**O SR. PEDRO COMUNA** - Boa tarde para todos. Sou Pedro Comuna, sou músico, radialista, estou na Rádio Brasil Atual. Sou filiado à Associação Nacional Reggae e frequento o Fórum do Reggae. Sou do Butantã.

Utilizo a Casa de Cultura do Butantã como frequentador e como proponente também de ações e atividades junto com o Dox, que estava aí, o Coletivo Reggae, a Associação Nacional Reggae também.

Queria saudar a presença do Mestre Dinho Nascimento, que está conosco, não só pelo seu significado pra nós, do Butantã, mas para a Cultura Brasileira como um todo. Também cumprimentar a Cecilia Pellegrini, da Associação Cultura do Morro do Querosene. (Palmas) Estão aqui e atuam lá no nosso território há muitos anos. Vereadora Elaine, Paula, Luana Alves e demais Parlamentares.

Primeiro eu queria lamentar a falta de diálogo da Secretaria de Cultura, mesmo quando eles vêm falar conosco não dialoga com o que está sendo proposto, como disse e observou a Vereadora. Então é muito problemática essa falta de diálogo, porque nós vivemos num sistema democrático onde o Poder Público tem, por obrigação, conversar e dialogar com a sociedade civil organizada.

E quando a gente vê que isso não acontece, é uma calamidade, é um absurdo, e nós precisamos pontuar isso como uma fuga, uma fuga do Poder Público de suas responsabilidades.

Então que isso fique registrado e que possamos transformar essa realidade, sensibilizando a Secretaria de Cultura para que faça esse diálogo de maneira efetiva.

O Movimento já apresentou na carta, outras pessoas já falaram dos vários motivos e porquês de nós sermos contra a terceirização da gestão das Casas de Cultura. Tem dinheiro, a questão não são as aposentadorias, portanto, é uma questão política, é uma opção política, é uma opção ideológica, na verdade, uma prática política que vem sendo diretriz desse governo e dos governos anteriores municipais, estadual e federal também.

Ouvimos aqui e já foi dito sobre a terceirização da educação infantil, de vários setores dos serviços públicos. Então conceder para a iniciativa privada é um problema, porque a partir do momento que não for mais interessante essa OS prestar o serviço, ela vai deixar de prestar o serviço e a população vai ser prejudicada. Quando ela determinar que isso é mais importante porque vai dar mais lucro, a população vai ser prejudicada.

Para concluir, Sr. Secretário Fabrício, a lei que nós queremos seja respeitada é a Lei das Casas de Cultura. A Lei das Casas de Cultura é explícita no que se refere à gestão das Casas de Cultura quando menciona isso e institui o Conselho de Gestão, no qual há uma participação popular da sociedade civil muito grande. E esse Conselho e essa Lei é que precisam ser respeitados.

E a pergunta que fica é porque isso tudo está acontecendo? Porque essa lei e os conselhos vêm sendo, a cada ano, jogados para o canto? Porque talvez essa lei, conceitualmente, é contrária ao que está sendo proposto. Essa lei é contrária à terceirização. Se nós interpretarmos o que está escrito na lei, vamos perceber que a lei é favorável à participação popular, à gestão democrática. Então talvez, por isso, a prática da Secretaria de Cultura vem sendo essa: do não diálogo. Porque se houver o diálogo, a lei vai ser puxada e nós vamos discutir em cima da lei que já existe, e que já foi mencionada aqui.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Concluindo, por favor.

**O SR. PEDRO COMUNA** - Concluindo, foi dito aqui: 3% para a Cultura, precisamos lutar e conquistar isso. Só que mais do que isso: um e meio para as periferias, porque, senão,

também não vai adiantar. Se for 3% só para a cultura erudita, nós não vamos ter nossos direitos garantidos. Então, é 3% para a Cultura sendo 1,5% para as periferias. Muito obrigado. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** - Obrigado, Pedro. Agora o Sr. Antonio Marcelo de Souza Lima, que está on line. (Pausa) Está aí? Não. Então o próximo é Alessandro Azevedo. Em seguida, vou chamar o Danilo, de Cerqueira César.

**O SR. ALESSANDRO AZEVEDO** - Bom dia, boa tarde já, boa tarde a todos os trabalhadores e trabalhadoras da Cultura. Vou tirar a máscara, é bom usar ainda porque a pandemia não acabou, e não é com Decreto-Lei que se acaba uma pandemia.

Quero saudar a você, Elaine, por chamar essa audiência. Saudar também a Presidência da Comissão de Finanças, estou aqui e faço parte dos movimentos culturais da cidade de São Paulo.

De novo, essa questão da privatização. Em agosto de 2017, os movimentos culturais, junto com os secundaristas, ocuparam esta Casa. Nós ficamos quase 48 horas aqui ocupando, e a luta, a demanda, o pleito eram justamente contra as privatizações; privatizações de cemitérios, de estádio de futebol, de mercados públicos. De novo, a pauta está de volta: privatização.

A quem interessa a privatização? Ao Estado interessa? O que nós temos visto de modelos de privatização? O que temos visto é que é interessante para quem entra como parte, como parceiro do Estado, que recupera essas casas, que é o que está sendo feito agora. No Orçamento deste ano, são 18 milhões para a recuperação e reforma dessas Casas de Cultura. O Estado e o Município, a Prefeitura, recuperam e passam isso para as OSC. O que tem de interessante nisso? É interessante para quem está na outra ponta.

O Secretário de Gestão Pública fala que quer estudar um modelo baseado no MROSC – Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil, mas o MROSC não obriga que seja feita esse tipo de parceria, apenas regulamenta essa parceria do Estado com a sociedade civil e, portanto, não é obrigatório. Eles falam que estão fazendo esse estudo para poder fazer com a nossa anuência, porque querem que a gente participe, mas eles consultaram

os trabalhadores e trabalhadoras da Cultura e os que fazem uso desses espaços? Não.

Está vindo essa onda, e não é nenhum devaneio a gente se antecipar, estar aqui, já que fomos chamados pela Comissão de Finanças, pela Elaine Mineiro para fazer parte dessa audiência e sermos escutados. Então, não é devaneio nosso, porque alguma coisa tem aí; se há fumaça, há fogo. A gente está aqui porque a gente sabe que o Estado e a Prefeitura querem privatizar esses espaços públicos.

Falta dinheiro na Prefeitura? Não. O Orçamento da Prefeitura é de 83 bilhões para este ano. Se a Secretaria de Cultura tem o maior orçamento da história, 640 milhões, sendo 18 milhões para as Casas de Cultura, por que privatizar as Casas de Cultura? E se há pessoas concursadas que não são nomeadas, têm que realizar concursos públicos.

Esse povo da Cultura quer acabar com a cultura, mas não vai conseguir, porque ela é a impressão digital de um povo. Cultura é vida, e cada um de nós carrega a cultura consigo. Se querem acabar com a cultura, primeiro terão que acabar com a humanidade. O Estado não pode nem deve privatizar as Casas de Cultura e, se tentarem ir nessa direção, vai ter luta dos trabalhadores e trabalhadoras da Cultura que estão na linha de frente e estão dispostos a lutar para que não haja privatização.

Não à privatização das Casas de Cultura! Obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Alessandro. O próximo orador é o Sr. Danilo, de Cerqueira César, *online*. (Pausa) Cristina Assunção. (Pausa)

**A SRA. CRISTINA ASSUNÇÃO** – Boa tarde a todas e todos. Minha voz está um pouco embargada pelo nervosismo de estar aqui com vocês.

Começo com um poema curto.

“Entre versos avessos/Eu me meto, quem diria/A recitar uma poesia/Em meio ao caos e ao difícil cálculo da mais valia/Mas eu quero falar é da lama/Da pá e da enxada/Das máquinas que, quando paradas, não são nada/Nada se compara à força motriz do homem/Subordinados àqueles que não valem o que comem/Muitos são os que não comem tudo aquilo que valem”.

- Aplausos no recinto.

**A SRA. CRISTINA ASSUNÇÃO** – Muitos não comem tudo aquilo que valem. São esses os trabalhadores da Cultura, Analistas I e II, convocados pelo Instituto Baccarelli, para ganharem até 1.500 reais ou até 2 mil reais. Um salário de fome, de miséria, que revela a precarização e a uberização do trabalhador, esse lugar onde agora estamos.

Não farei aqui a leitura da nossa carta, mas nela abordamos essa falácia da privatização e citamos vários estudos que mostram que se gasta mais com a terceirização e como o Tribunal de Contas já fez um relatório parcial que aponta a falta de transparência dos serviços terceirizados.

Faço a todos o convite à pronta assinatura da carta que foi lida logo no início pela Elaine, que está circulando pelas redes sociais e sendo divulgada pelo movimento plural das periferias, pelos fóruns de cultura geral das periferias.

A terceirização às pressas do próprio instituto Baccarelli, do CEU, que foi feita de forma emergencial, já mostra a resposta, que nós já sabemos. Falando em resposta, se a Secretária Aline quer uma nova audiência – e desde que seja num horário possível para os trabalhadores da Cultura –, responda à série de perguntas que nós lhe fizemos recentemente. Lembrando que muitos de nós trabalhadores da Cultura, além de levarmos cultura aos nossos territórios, trabalhamos também em outras funções – eu, por exemplo, sou professora –, complementamos as nossas rendas com outros trabalhos e precisamos de um horário mais digno para isso.

A gente não pode cair nessa falácia de modelo de gestão compartilhada. O MROSC também não abarca a nós nem aos coletivos periféricos. Já vislumbro e tenho quase certeza de que eles publicarão o edital publicado como uma carta marcada, já trazendo quais são essas OS. É o Estado visto como um negociador, um balcão de negócios da burguesia. Isso não queremos.

Não ao ultraliberalismo, não ao Estado Mínimo e não à privatização das Casas de Cultura! Nós nos encontraremos em luta e rumo ato que faremos em breve.

Muito obrigada a todas e todos.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Cristina.

A próxima oradora é a Sra. Aline Lima, *on-line*.

**A SRA. ALINE LIMA** – Boa tarde. Primeiramente, eu quero saudar todos que estão presentes e os meus colegas do M'Boi Mirim.

Eu falo em nome do coletivo Grupo Flor de Liz, um grupo convivência de senhoras, que há 22 anos se encontram todas as quartas-feiras de manhã na Casa de Cultura M'Boi Mirim e que encontram nessa Casa o seu lugar de estar, de fazer, de ser, de compartilhar conhecimentos e de fortalecer umas às outras. Durante esse período que a gente ficou afastado, ficou evidente como a falta desses encontros impactam na vida dessas mulheres. Nós perdemos quatro delas durante a pandemia, e não foi por conta da covid, não, mas por problemas que se somaram durante esse período de isolamento social, e isso é muito triste.

Eu venho pedir que a nossa história seja respeitada. Cultura não é mercadoria e deve ser gerida pela população juntamente com o setor público por meio de conversas. Respeitem os cabelos brancos dessas senhoras, pois elas sabem o que elas dizem, e eu aprendi bastante com elas durante todo esse tempo de convívio.

Estou aqui para me posicionar e dizer que nós da Casa de Cultura M'Boi Mirim estamos presentes, estamos na luta há anos e não vamos ficar parados. A Casa de Cultura M'Boi Mirim é a primeira Casa de Cultura de São Paulo, levantada pelas mãos de muitas dessas mulheres.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Aline.

O próximo orador é o Sr. André Luiz dos Santos, O Rapper Pirata.

**O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata)** – Quem é da periferia faça barulho nessa...

- Manifestações no recinto.

**O SR. ANDRÉ LUIZ DOS SANTOS (Rapper Pirata)** – Suave.



Na figura da Vereadora Elaine, cumprimento os demais legisladores e, em nome de todos os trabalhadores, cumprimento os servidores desta Casa e os demais cidadãos.

Os nossos corpos estão tomando tiros a toda hora. Contra o genocídio da juventude pobre, preta e periférica sempre, porque tem gente que acha que os números acabaram, mas é só olhar as cadeias.

O problema é que uma parte faz o debate, e alguns pessoas que entraram nesse debate fazem o jogo dos caras. Então, não adianta ter um corpo preto jogando contra a periferia, não adianta ter uma mulher jogando contra a periferia, não adianta todo mundo aqui falando de Paulo Freire, porque ninguém quer falar disso. O diálogo até que era simples na época da Luiza Erundina, mas hoje esta cidade não dialoga com a sociedade civil.

A Secretaria de Cultura dialoga com outras pessoas nos bastidores e tem dinheiro para caramba. É o seu orçamento é de 648 milhões de reais, sendo 18 milhões para as Casas de Cultura, que não podem ser feudos, porque senão não podemos participar. Tem gente que é dono desses espaços desde 2017, e precisamos corrigir isso.

As Casas de Cultura não podem ser privatizadas, porque os caras querem privatizar, mas não querem gerir com o dinheiro do bolso deles, querem o dinheiro público. Esses equipamentos são públicos e são resultado de uma política pública, apesar de que hoje metade das pessoas não sabe o que é uma política pública. Eu ouço pessoas falando um monte de besteira, mas não sabem o que oferece uma Casa de Cultura. A cultura evita que os polícias matem alguns dos nossos, a cultura faz com que os nossos entrem nas universidades e se tornem doutores, a cultura faz as pessoas serem eleitas. Isso é a cultura, e por isso que existem as Casas de Cultura.

Não vai ser uma empresa que quer ganhar dinheiro com o que é público que vai contratar a gente para ensinar a fazer crochê. Nada contra, mas é só ver a política do Celso. Aquilo não é cultura. É cultura? É. Mas não é disso que nós estamos falando. Senão, daqui a pouco, de novo vão nos obrigar a fazer barquinhos de papelão ou de jornal, assim como costumavam fazer com os idosos. É muita grana. São 18 milhões de reais.

Mais cultura, menos viatura! (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Pirata.

A próxima oradora é a Sra. Vanessa Laureano, *online*. (Pausa) Sra. Natália Rodrigues.

**A SRA. NATÁLIA RODRIGUES** – Boa tarde. Antes de me apresentar, saúdo a Mesa. Sou Natália Rodrigues, tenho 21 anos e faço parte da UNE e estou aqui representando o CUCA – Circuito Universitário de Cultura e Arte, fundado em 2001 durante a segunda bienal da UNE e que tem, dentro da União Nacional dos Estudantes, o papel de incentivar o acesso aos espaços de cultura e arte por meio de políticas públicas e projetos de fomento à cultura. Ontem, por exemplo, estivemos em um ato simbólico na Avenida Paulista pela derrubada do veto à Lei Paulo Gustavo, que destinaria cerca de três bilhões de reais a projetos de cultura.

Hoje estamos aqui presentes por entendermos que, se as políticas públicas forem tratadas com seriedade e com a participação da população, elas podem ser, de fato, mais democráticas. As Casas de Cultura, por exemplo, são ferramentas que possibilitam o acesso de moradores a atividades gratuitas de arte, de cultura e de educação, como peças de teatro, oficinas, além de serem espaços que fomentam o trabalho de coletivos e de artistas locais.

O fato de estarmos hoje discutindo a possibilidade de as Casas de Culturas serem geridas pela iniciativa privada demonstra que este governo tem em mente um processo de sucateamento da arte, da cultura e da educação. Mais uma vez, os mais afetados serão os artistas, aqueles que desenvolvem projetos locais e municipais e as pessoas pretas e periféricas. E é por isso que hoje estamos pedindo que esse projeto não vá para frente e que essa gestão seja comunitária, com a inclusão e a participação de pessoas pretas e periféricas nos projetos sociais.

Essa era a minha fala. Obrigada. (Palmas)

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Natália. O próximo orador é o Sr. Leandro Alves de Lira, *on-line*.

**O SR. LEANDRO ALVES DE LIRA** – Boa tarde a todos, todas e todes. Sou Leandro

Lira, construo um movimento pela reabertura do Circo Escola São Remo, com o apoio das Comunidades Unidas do Butantã em Ação.

Eu queria saber dos representantes da Secretaria, o Fabrício e a outra moça, sobre participação posterior da sociedade civil nesse estudo que a Secretaria está fazendo. Eu queria saber se nós desta plenária vamos ser incluídos, porque, pelo que eu vi, é unânime que os movimentos culturais do Estado de São Paulo, os artistas e os trabalhadores da cultura são contra a terceirização das Casas de Cultura.

A gente sabe como funciona esse modelo de parceria com as Organizações da Sociedade Civil e a gente sabe que nem todas elas atuam de uma maneira participativa e realizam de forma séria o seu trabalho. A gente sabe como funciona: essas organizações escolhidas inviabilizam qualquer tipo de participação comunitária, o que nos fará perder o nosso espaço não só de cultura, mas de construção de políticas públicas, já que as Casas de Cultura também cumprem esse papel de reunião, de encontro para a gente discutir, debater o território e a cultura no território, e a gente não quer que essas portas sejam fechadas de forma alguma.

Eu queria saber se esta plenária vai ser incluída nesse estudo e queria pedir aos gabinetes que estão apoiando essa luta que convoquem uma próxima plenária com a participação da Secretária Aline Torres, porque é inadmissível que a Secretária não esteja presente numa reunião de agenda oficial para ouvir as nossas reivindicações.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigado, Leandro. A próxima oradora é a Sara Andrade, presencial.

**A SRA. SARA ANDRADE** – Bom dia. Começo saudando a Mesa. Eu sou a Sara, responsável pela construção do CUCA – Circuito Universitário de Cultura e Arte da UEE do Estado de São Paulo.

Eu abro a minha fala com uma música do MC Funkero chamada *História Oculta*.

“Essa é a história que a escola não contou/Quem foi chamado de navegador, descobridor/Na verdade invadiu, saqueou e matou/F\*\*\*-se quem foi Cabral/Não ensinam quem

foi Lamarca/Não ensinam que foi Zapata/Bem-vindos ao capitalismo primata/(...)”.

É isso o que eles querem, gente. A cultura é que vai ensinar para gente quem foram os verdadeiros revolucionários. É a cultura que vai mostrar para gente quem são os verdadeiros heróis da nação brasileira. É a cultura e a descentralização da cultura com as Casas de Culturas que vão chegar a falar com a nossa juventude, que dará voz a nossa juventude para que a gente possa falar quem são nossos verdadeiros heróis.

A regionalidade de ter espalhado os nossos centros culturais é muito importante, porque a Cultura que a gente faz no Centro, na capital, não é a mesma Cultura que a gente faz na ZL, que a gente faz na zona Norte. São pessoas diferentes, são comunidades diferentes, realidades diferentes. Essa é a importância de ter diversos pontos de Culturas em toda a Cidade.

Privatizar é o mesmo que selecionar com critério comercial e não criativo da nossa cultura. Privatizar é demasiar nossa cultura.

Quero encerrar minha fala com uma música do Marcelo D2 na qual ele fala: “É que eu luto e não me rendo. Caio e não me vendo. Não recuo nem em pensamento. Eu sigo o movimento que para mim é natural de resistência cultural.”

Não à privatização.

Obrigada, gente.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Sara.

O próximo é o Tião Soares, *on-line*.

**O SR. TIÃO SOARES** – Boa tarde a todas, a todos e a todes. Elaine, em seu nome quero cumprimentar toda a Mesa, toda a Câmara Municipal que está envolvida nesta luta, para todos dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, do Estado de São Paulo.

Creio que a ideia de Cultura política é preciso que se mude para ir trabalhar o entendimento da Cultura como política. É nesse sentido que a defender as Casas de Cultura é também defender, mais do que isso, a cultura entendida de um modo político, como defender a agroecologia, pensar a vida e as relações humanas com a natureza dentro de uma outra lógica, não dessa lógica que quer o Governo Municipal com a conexão da Cultura como

desenvolvimento econômico. Leva-se em conta um desenvolvimento totalmente deslocado da natureza onde se negue a atual racionalidade, a mercantilização da vida. Esse desenvolvimento econômico na privatização das Casas de Cultura, como está posto, nos parecem muito mais desconectados com paradigma da vida digna que é onde está morando a morada das casas de cultura. Elas nascem de uma maneira bastante voltada ao público. Elas são uma instância pública de apropriação pública de convivência, de solidariedade, de sociabilidades muito mais do que estatal.

É neste sentido que podemos dar as Casas de Cultura o valor que elas têm e assim foram concebidas. Portanto, essa ideia de privatização sempre veio com a degradação da natureza, do esfacelamento dos espaços de sociabilidade, dos espaços públicos com resultado pouquíssimamente auspiciosos para nós das comunidades periféricas especialmente.

Penso que o momento é de se colocar a Cultura no centro e o centro da Cultura é a vida. Temos de trabalhar as Casas de Cultura como afirmação das liberdades, como afirmação dos direitos culturais e dos Direitos Humanos. Foi assim que foram concebidas as Casas de Cultura e não podemos admitir conceder que elas possam ser privatizadas porque elas são deveres públicos.

Obrigado, Elaine. Obrigado a todos. Estamos juntos. Vamos à luta.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Tião.

A próxima é a Lídia Gama.

**A SRA. LÍDIA GAMA** - Vocês não fazem ideia do orgulho que eu estou. Amo vocês. Vamos para as cabeças.

Bom dia. Meu nome é Lídia. Faço parte da Marcha das Mulheres Negras da cidade de São Paulo marchando contra o racismo, racismo institucional. Nós marchamos contra a violência institucional também e marchamos pelo bem-viver. Eu faço parte também de um coletivo, o Coletivo Ouça-me, coletivo de mulheres sambistas contra violência de gênero e nós lutamos também a favor do bem-viver. O que é o bem-viver? É não ter medo, é você ser único, é você ter uma cultura. A cultura salva. A cultura liberta.

Estava escutando algumas falas e, de repente, veio aquele cara lá da Secretaria da Gestão, aí veio outra maninha lá da Secretaria Municipal de Cultura. Eles estavam falando de estudos, que eles estão querendo estudar. Eu sugiro que eles possam estudar a EMIA e os CEUs porque eles sucatearam. Então, eles podem usar isso para estudo. Não precisam necessariamente ferrar outros lugares.

Mas eu não vim falar sobre a Casa de Cultura. Eu vim falar com você eleitor. Este ano teremos eleição. Tem indícios de que muitos funcionários vão ser exonerados para participar dessa eleição. Não se enganem, cultura não é feita de grandes eventos. cultura é de base. É por nós, de nós, para nós. São nas periferias. Não se enganem com esses montes de cards que eles estão obrigando nos editais a colocarem no *Facebook*, *Instagram*, *Tik Tok*. Não se iludam porque todos esses políticos que hoje estão falando de privatização das Casas de Cultura vão ao Congresso Nacional se tiverem voto. É através desses votos que vocês vão ter a precariedade em todos os serviços públicos. Não se enganem com a pauta da cultura porque eles não fazem cultura. Eles querem é dinheiro.

Muito obrigada.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada, Lídia.

O próximo é o Sr. Zé Renato.

**O SR. JOSÉ RENATO** – Obrigado, Elaine. Obrigado, Paula. Boa tarde a todos.

Está bonita a cor aqui hoje. Está diferente do que estamos acostumados. A cor aqui hoje está bem bonita e peço licença inclusive para estar aqui e acho que a gente tem que ocupar cada vez mais este lugar. A rua voltou e a gente está voltando para cá. A rua voltou e a gente vai voltar a ficar neste lugar. A rua voltou e a gente precisa que essa Secretaria entenda que estudo se faz com a gente. Estudo não se faz no gabinete.

A Secretaria para fazer os eventos dela e os anúncios das equipes dela tem espaço para juntar 200, 300 pessoas. A Secretaria usa o auditório do Centro Cultural, usa o Jardel Filho para mostrar como a equipe é maravilhosa, mas para fazer estudo de aplicação de Cultura faz em uma sala com quatro ou cinco pessoas.

A gente não pode deixar que esse tipo de coisa aconteça mais e a gente está voltando à rua e a rua é o espaço onde a gente consegue mais. A Secretaria não faz Cultura. A Secretaria induz Cultura. Secretaria para fazer Cultura e induzir Cultura precisa entender com a gente qual é a Cultura que precisa ser feita. A Secretaria para fazer a Casa de Cultura, se é para pôr na mão de alguém, ela tem que colocar nas mãos dos coletivos que ali habitam. Temos o exemplo da EMIA. A gente tem um processo de licitação em que foi contratada uma OS inapta, para tapar buraco.

Então, não à privatização. E se vamos ter uma conversa, venha aqui conversar com a gente. É isso. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.**

Agora, Luba Melo *on-line*. (Pausa). Luba, você está aí? Então, vamos passar para a Márcia.

**A SRA. MÁRCIA IZZO –** Boa tarde. Meu nome é Márcia Izzo. Primeiramente, quero pedir licença aos meus mais velhos, aos meus mais novos, pois uma mulher de matriz africana que sou preciso primeiro pedir licença a quem vem antes de mim.

Além de estar representando a Deputada Érica Malunginho, que tem muito apreço por essa pauta da cultura, estou aqui com uma pessoa que faz arte, que é da arte, é da produção, que vem do samba, do hip hop e das culturas populares.

Temos visto muito que é o caso, por exemplo, do Ibirapuera. A primeira coisa na privatização do Ibirapuera foi acabar com a escola de música, acabar com a cultura. As privatizações sempre têm esse ponto. Então, precisamos, desde quando começou o desmonte dos pontos de cultura, agora, o ataque as Casas de Cultura, então, não à privatização. Precisamos estar atentos a isso.

Todas as falas foram bem importantes. O estado tem como prioridade potencializar a cultura e não desmontá-la. É isso que temos de ter em mente e cobrar. Acredito ser, sim, um descaso da Secretaria de Cultura Municipal não mandar um representante presencial, a Secretária não estar presente.

Não somos nós da Cultura que temos de nos adequar a pauta dela e, sim, ela a nossa. Se estamos aqui, se a cultura está aqui, quem deveria estar aqui para responder isso é a Secretaria e teria de estar presencialmente. Quando é para fazer as coisas que são do interesse deles, eles vão atrás de nós, principalmente nesta época.

Então, não à privatização. Sim, à cultura e vamos dialogar, porque fazer junto é respeitar os Conselhos de Cultura, respeitar as culturas da periferia e respeitar todo o trabalho que existe muito antes desse projeto.

Eu, como uma mulher negra, preciso colocar que a pauta não é essa. A pauta é esse Governo, desde o Federal que veta a lei, desde o Estadual que não cumpriu seu papel, assim como a Prefeitura, no papel do Prefeito, também não cumpre o seu papel.

Muito obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico)** – Obrigada. Próxima é Nana Roots, *on-line*. (Pausa) Não está. Próximo, Sérgio La Paloma (Pausa) Não está também.

Próximo é Rafael de Paula Ribeiro.

**O SR. RAFAEL DE PAULA RIBEIRO** – Boa tarde a todos, todas e todes. Sou Rafael Ribeiro. Sou trabalhador da cultura. Eu sou oficineiro na Casa de Cultura do Tremembé. Lá, eu faço um trabalho de coral. Lá, juntamente com as pessoas em um coletivo majoritariamente de mulheres, a gente formou um grupo chamado Cora Coral em homenagem ao antigo nome da Casa Cora Coralina. O que vai acontecer com o Cora Coral como um coletivo que abriga a Casa? O que vai acontecer com o edital de oficineiros? A quem interessa esse modelo de privatização?

Eu sou da periferia, sou negro, sou gay. Passei a vida inteira lutando e não é agora que eu vou fugir, não. Então, às vezes, tenho de ir ou voltar a pé da Casa de Cultura ou da minha casa até a Casa de Cultura e eu passo pela periferia, passo por quebradas em situações mais vulneráveis que a minha. Eu atravesso o Horto Florestal que é aquela coisa linda. Passo pelas mansões ali perto da Pedra Branca até chegar à Casa de Cultura de Tremembé. É uma hora de caminhada. Em uma hora de caminhada passo por tanta desigualdade com cada passo meu. Não aceito que se faça essa política de privatização sem consultar a gente, sem dialogar



conosco.

Na nota que saiu na *Folha*, no dia 16 de fevereiro, saiu uma única menção ao nosso lado – um veículo de imprensa, na minha opinião, totalmente parcial – que diz o seguinte: “O modelo de parcerias com organizações é criticado por parcela da comunidade artística por supostamente permitir a ingerência de atores privados na definição e execução de políticas públicas.” Não é supostamente, não. Por que um jornal desses vai falar em suposição? Não é supostamente. Eu trabalho em OS também porque a gente que é artista da periferia tem de ir atrás de todas as frentes. Eu ganho 25 reais a hora/aula na OS e 90 comparando com meu cargo de oficinheiro. O que vai acontecer com o edital de oficinheiros? O que vai acontecer com os coletivos?

Estou representando a Casa de Cultura Tremembé e se a gente não tiver diálogo, se a gente não conseguir resolver pelo diálogo, a gente vai resolver pela ocupação, vamos resolver pela luta. É isso aí. Obrigado.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.**

A próxima é a Valéria Cristina dos Santos Mota, *on-line*.

**A SRA. VALÉRIA CRISTINA DOS SANTOS MOTA – Oi, pessoal. Boa tarde.**

Mais uma vez - é a terceira vez que tento conversar com a Secretária -, e ela, enquanto servidora pública, não tem nos atendido. Isso para mim é muito sério.

Mas vim falar um pouquinho do território onde eu atuo, Jabaquara/Cidade Ademar. As Casas de Cultura hoje para mim, enquanto educadora, gestora pública de uma escola municipal, são espaços que compõem a rede - a rede de saúde, a rede de educação e a rede de cultura.

Infelizmente, a polícia e as escolas são os únicos espaços públicos mais próximos da população e ambas as instituições estão adoecidas e tomadas por violência. Hoje, as Casas de Cultura em nossos territórios e as bibliotecas, que é importante citar também, são pontos do tecer da esperança, da alegria, motivadores de sonho dessa população afundada na miséria, porque as periferias estão afundadas na miséria e falta de possibilidade de alcançar trabalho e

outras vias que ajudam a sustentar nossa humanidade.

Então, venho dizer que os nossos territórios não estão à venda. Vai ter resistência sim. A Secretária Karine, como você falou que está tendo estudos, nós não fomos consultados. Moramos ali no território e estamos todos os dias. A Casa de Cultura do Jabaquara atende mais de cinco mil crianças diariamente. Sou articuladora cultural e faço esse movimento na região. Então, exigimos que a Secretária nos atenda porque ela é uma servidora pública que é paga com o nosso dinheiro para que esteja à disposição para fazer essa discussão.

É isso. Nosso território não está à venda. Vamos seguir.

**A SRA. PRESIDENTE (Elaine do Quilombo Periférico) – Obrigada.**

Infelizmente, não conseguiremos seguir. Já são 14h29 e daqui a meia hora começa a sessão plenária neste espaço. Como vocês sabem, por conta da pandemia, ainda precisa higienizar o espaço antes de começar a sessão.

Gostaria de pedir desculpas as oito pessoas que ainda estavam inscritas para fazer o uso da palavra, mas já convido para nossa primeira reunião da Subcomissão de Cultura que começa na semana que vem, às 10h, nesta Casa.

Queria agradecer imensamente a todas as pessoas que junto com a Mandata Coletiva Quilombo Periférico organizaram esta audiência pública que foi organizada também pelo movimento social e a gente percebe o quanto a mobilização do movimento social assusta a Secretaria. Se não assustasse, eles estariam aqui e isso é muito importante para que a gente siga na luta, porque só essa organização política é que vai fazer a gente vencer e impedir a privatização, a terceirização, a parceria, como quer é que eles chamem. Sabemos que, na prática, se chama precarização tanto dos trabalhadores como da Cultura.

Muito obrigada e a Mandata Coletiva Quilombo Periférico segue em luta com os movimentos culturais de periferia. Obrigada.